

SESSÕES DO PLENÁRIO

67ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de agosto de 2008.

PRESIDENTE: **DEP. ADOLFO MENEZES “AD HOC”**
1º SECRETÁRIO: **DEP. HERALDO ROCHA “AD HOC”**
2º SECRETÁRIO: **DEP. MISAEL NETO “AD HOC”**

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Arthur Oliveira Maia, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fernando Torres, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, Joécio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Paulo Azi, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica, Zé das Virgens e Zé Neto (47).

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Heraldo Rocha, procede à leitura do expediente do dia 05 de agosto de 2008.)

OFÍCIOS

Do Dep. Luciano Simões, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 11 e 12/06/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Fernando Torres, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 02, 09 e 16/06/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Da Dep. Virgínia Hagge, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 19, 21, 27/05, 02 e 09/06/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Waldenor Pereira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 15 e 29/05, 04, 05 e 09/06/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Estão colocadas em votação as seguintes atas: da 2ª sessão extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 26 março de 2008; da 25ª sessão extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 26 de abril de 2008; da sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 1º de abril de 2008; da 5ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 1º de abril de 2008; da 4ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 1º de abril de 2008; da 3ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 1º de abril de 2008; da 28ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 7 de abril de 2008; da 23ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 16 de abril de 2008; da 11ª sessão extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 16 de abril de 2008; da 12ª sessão extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 16 de abril de 2008; da 25ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 22 de abril de 2008; da 26ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 23 de abril de 2008; da 8ª sessão especial, em 24 de abril de 2008; da 28ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 28 de abril de 2008; da 14ª sessão extraordinária, em 29 de abril de 2008, da 39ª sessão ordinária, em 29 de abril de 2008, da 41ª sessão ordinária, em 5 de abril de 2008, da 42ª sessão ordinária, em 6 de maio de 2008; da 15ª sessão extraordinária, em 6 de maio de 2008; da 16ª sessão extraordinária, em 6 de maio de 2008; da 43ª sessão ordinária, em 7 de maio de 2008; da 17ª sessão extraordinária, em 7 de maio de 2008; da termo de abertura da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, em 2 de maio de 2008; da 44ª sessão ordinária, em 12 de maio de 2008; da 9ª sessão especial, em 15 de maio de 2008; da 18ª sessão extraordinária, em 15 de maio de 2008; da sessão especial da Assembléia Legislativa, em 16 de maio de 2008; da 20ª sessão extraordinária, em 20 de maio de 2008; da 19ª sessão extraordinária, em 20 de maio de 2008; da 53ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa, em 28 de maio de 2008.

Em votação as atas que acabam de ser anunciadas. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. Com a palavra o 1º orador inscrito, deputado Elmar Nascimento.

Na ausência do deputado Elmar Nascimento, com a palavra o deputado Gildásio Penedo, por 5 minutos. Logo após, falará o deputado Elmar.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa presente, Galerias, o governo insiste em dizer - ontem foi colocado aqui, através da Liderança - que não pretende esvaziar os trabalhos do Poder Legislativo neste período eleitoral. Porém o discurso não condiz com a realidade.

Hoje pela manhã havia previsão regimental de uma sessão ordinária na Comissão de Finanças e Orçamento, e eu tive o cuidado de ir pessoalmente lá, onde se encontrava um funcionário que se denominava da Liderança do governo, deputado Clóvis Ferraz, a orientar os deputados governistas a não marcar presença na comissão.

É esse o governo que insiste em dizer que quer ver a Casa trabalhando em sua plenitude, com a sua formação completa, e que o período eleitoral não irá atrapalhar os trabalhos legislativos. Mas é o mesmo governo que orienta e determina a um dos seus funcionários estar na porta da comissão, deputado Heraldo Rocha - e V.Ex^a, que é membro titular, teve o testemunho dessa situação -, onde a Oposição esteve registrando presença por entender que o processo eleitoral não pode, não deve e não deverá comprometer os trabalhos plenos desta Assembléia. É mais um discurso vazio do governo, é mais uma situação em que ele se coloca nos meios de comunicação de forma diferente da como age.

Deputado Heraldo Rocha, vou trazer ainda hoje a esta Casa uma das representações encaminhadas no ano passado pela Bancada oposicionista ao Ministério Público Estadual, em que denunciava o governo por improbidade administrativa, prática que fere os preceitos constitucionais, ao fazer a chamada propaganda enganosa usando o dinheiro do contribuinte baiano para informar aquilo que não condiz com a realidade. É assim que o governo age. Às vezes de forma fascista, pregando aquilo que efetivamente não é real.

Vejam vocês - e trarei ainda hoje, deputado Adolfo Menezes - que o governo no ano passado, também com dispensa de licitação, contratou quase R\$ 12 milhões de propaganda institucional para veicular, dentre as suas colocações naquele momento, que estava recuperando 5 mil quilômetros de estradas baianas, deputado Heraldo Rocha.

Cinco mil quilômetros! Foi anunciado, salvo engano, em junho de 2007. Propaganda oficial nos meios televisivos, radiofônicos e jornalísticos! Era o governo anunciando a recuperação de cinco mil quilômetros de rodovias estaduais. Pois bem, é o mesmo governo que já neste 2008, deputado Adolfo Menezes, anuncia agora, recentemente, a recuperação de tão-somente mil quilômetros de estradas.

É esse o governo que anunciou, deputado Heraldo Rocha, também nesta mesma propaganda realizada no ano passado, que iria alfabetizar um milhão de jovens e adultos através do Topa. O mesmo governo que anunciou recentemente 170... Um milhão, deputado Yulo Oiticica! Pode ter certeza disso! Eu sei que causa espanto, espécie, mas é esse governo que anunciou, deputado Adolfo Menezes, a recuperação de 5 mil quilômetros no ano passado e é o mesmo governo que coloca propaganda agora dizendo que recuperou mil quilômetros.

Quem é que está falando a verdade? Os cinco mil do governo passado ou os mil do atual? É esse governo que não tem credibilidade que infelizmente não coloca a verdade para a população da Bahia. E que mistura os números, deputado Heraldo Rocha, macula informação. Infelizmente, isso tudo com o dinheiro do contribuinte baiano.

Trarei ainda hoje essa representação encaminhada pela Oposição no ano passado. E vamos, novamente, cobrar as injunções do Ministério Público estadual, porque há caracterização de um crime, de uma falsa propaganda enganando a população baiana com dados que, infelizmente, não condizem com a realidade. É a nova realidade da Bahia. É esse o governo republicano que mostra o que fez, mas não comprova efetivamente a sua realidade.

Portanto, quero lamentar e, mais uma vez, cobrar um posicionamento oficial do Ministério Público da Bahia, porque dinheiro público está sendo desperdiçado, já que a propaganda não condiz, não retrata e não fala a verdade para o povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento por 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero me dirigir agora ao deputado Luiz Augusto, que é o presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, para falar a respeito de um fato que está acontecendo no nosso Estado, especialmente na minha região: Senhor do Bonfim, Campo Formoso, município daquela região. A mesma preocupação já se estende agora a Miguel Calmon. Em função de uma portaria do Ministério da Agricultura, de três anos atrás, a ADAB, junto com um convênio com o Ministério Público, está fechando os matadouros municipais, prejudicando o marchante, prejudicando ao pobre pequeno produtor rural, pequeno criador, que tem ali um cabritinho, que vende a pele, que vende a carne na feira, às vezes, para sobreviver.

Quero dizer, não defendendo que a gente vai involuir, deputado Luiz Augusto. Mas nasci e me criei no interior comendo desse tipo de carne e nunca tive problema nenhum nem conheço ninguém que tenha tido. Agora, pela inação do governo que não fez nada desde quando a portaria foi criada e o Ministério da Agricultura deveria saber que a realidade de Brasília, a realidade do Rio Grande do Sul e de São Paulo não é a realidade de um pequeno município do interior do Nordeste, deveria saber e criar uma linha de financiamento para que os prefeitos pudessem construir matadouros adequados.

Sei que V.Ex^a com a Comissão de Agricultura já esteve no Rio Grande do Sul, visitando uma série de matadouros de cidades pequenas, de médio porte e de grande porte. E as coisas estão nas mãos do governo do Estado. O governo é que tem a condição de executar algum tipo de política pública e construir esses matadouros, para que não sejam prejudicados o pequeno produtor e o povo.

A carne que era consumida, deputado Gaban, a R\$ 7,00 (sete reais), hoje lá em Senhor do Bonfim está custando R\$ 14,00 (quatorze). Tem que se trazer para Feira de Santana ou Serrinha e retornar para Senhor do Bonfim. O PT vai perder eleições em Senhor do Bonfim por causa disso, deputado Gaban. Já houve uma passeata grande envolvendo os marchantes e o povo em geral. A revolta é muito grande na região com o governo, porque com o fechamento dos matadouros, o prejudicado de um lado é o pequeno criador, do outro, o consumidor final, pobre, que comprava 1 quilo de carne, 2 quilos, para passar a semana e hoje custa o dobro.

Portanto, deputado Luiz Augusto, eu já dei entrada no requerimento para uma audiência pública, pois entendo que a Comissão de Agricultura desta Casa tem condição de mediar um acordo chamando o secretário de Agricultura, o presidente da ADAB, convidando o Ministério Público, Dr. Lidivaldo Brito, porque tem promotor que chega em determinado local e entende que pode dar um prazo ao prefeito, tem essa sensibilidade, mas tem outro que não. Você chega em lugares da Bahia, municípios às vezes vizinhos, onde em uns o promotor compreende isso e dá um prazo para o prefeito fazer melhorias no matadouro, em outros o promotor aplica o rigor da Lei. São aplicadas formas diferentes para a mesma realidade.

Devemos fazer um termo de ajuste de conduta estabelecer normas para que os administradores municipais cumpram um prazo, que o governo abra uma linha, o governo ajude, não banque só, faça convênio com as prefeituras. Alguma solução o Poder Público tem que criar. O que não pode ser é o produtor e o povo serem apenados por uma coisa que não está ao seu alcance resolver. O problema é muito grave e está prejudicando a população. O deputado Yulo está aqui, o PT de Senhor do Bonfim vai sentir na pele..., ouvir o que ouvi lá, em uma passeata - que não tinha cunho político - do povo, dos marchantes, dos taxistas, todos revoltados com essa situação dos matadouros municipais. Quem está no governo é que paga o pato por esse tipo de coisa, até porque é quem tem condição de agir.

Quero dizer que me comprometi com a nossa comunidade, com o povo de Senhor do Bonfim, de Campo Formoso, estou nessa luta e vou brigar com o governo no que for preciso. Agora não é possível que continuem a proibir a comercialização, deixando o povo passar fome, como está ocorrendo lá agora. Só se pode vender para comer, não se pode mais comprar um quilo de arroz, de feijão, e as pessoas estão passando fome.

O deputado Adolfo, outro dia, chamou a atenção para uma situação parecida, que o povo não tem condição de resolver: a do garimpo. Há mais de 50 anos se comercializa dinamite para o garimpeiro tirar o seu sustento, o exercito proibiu essa comercialização sem dar uma solução, levando o povo a passar fome. Então esse tipo de ação - da qual quem paga o pato é sempre o pequeno, o pobre - tem que acabar.

Conto com a colaboração da Comissão de Agricultura desta Casa para que consigamos intermediar um acordo com o governo e o Ministério Público para resolver essa situação que está prejudicando o povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras da imprensa, ontem iniciamos este semestre da 16ª Legislatura e sentimos que o governo não quer pôr seus deputados aqui para discutir os projetos, votar as matérias e falar sobre os problemas que ocorrem hoje no Estado da Bahia.

Este governo, que entrou prometendo muito e fazendo pouco, faz muito na propaganda, mas na real, como dizem por aí,...caia na real, governador Jaques Wagner, e venha cumprir realmente os compromissos assumidos em campanha, pois isso não está ocorrendo.

O caos que denunciemos aqui...o tempo todo a Oposição denunciou, responsabilmente, o caos na Saúde, na Educação e, principalmente, na Segurança Pública, mas não mudou nada. Mudou o secretário da Segurança, agora tem outro secretário, mudou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Santana, e entrou o coronel Mascarenhas, o governo quis insinuar que essas ações...tentando jogar a culpa na Polícia Militar - ora, isso é uma grande injustiça! - como também no ex-comandante-geral coronel Santana, houve insinuações desse tipo. Estão mudando para ver se mudam realmente a situação da segurança no Estado da Bahia, querendo de dizer que não havia um entrosamento entre Polícia Militar e Polícia Civil. Sabemos que as discordâncias existem, mas uma das coisas que se buscou, no governo de Paulo Souto, foi exatamente a integração da Polícia Civil com a Polícia Militar, e por isso até que a segurança funcionou relativamente. Não estamos dizendo que era 100%, mas, pelo menos, não havia o descalabro que está havendo neste governo: os assassinatos, o número de homicídios aumentando assustadoramente, não só na capital mas também na Região Metropolitana, não! O clima de insegurança está em todas as cidades do interior do Estado, mas é uma questão de gestão.

Desejamos que o novo comandante da PM venha realmente a fazer um bom trabalho, sei que a intenção do coronel Mascarenhas é fazer um bom trabalho pela sua competência, mas não acho que, mudando os dirigentes, vai se mudar o quadro, se assim fosse, ele já teria mudado, porque já se mudou o secretário da Segurança, e não vimos qualquer resultado até o momento. É uma questão de projeto na área da segurança, é questão de a gestão na área da segurança não estar surtindo efeito.

Esperamos que as ações venham a surtir os efeitos necessários, mas até o momento, nada. Por isso, estamos preocupados com a ausência dos deputados do governo, que não estão vindo às sessões. Vejo aqui apenas o deputado Álvaro Gomes, representando o governo.

Não querem debater os problemas. Já vimos que o Plano de Cargos e Salários dos serventuários da Justiça, tão prometido que seria votado logo que o semestre começasse, até agora, nada. Estamos sendo cobrados pelos municípios. Recebi agora cobrança dos mu-

nicípios de Encruzilhada, Tremedal, Pirapá e Condeúba, todos pedindo a votação do Plano de Cargos e Salários dos serventuários da Justiça, nobre deputado Yulo.

Esperamos que o Líder Waldenor Pereira venha a colocá-lo em votação, já que foi uma promessa. Os deputados da Oposição se colocaram à disposição desde o primeiro momento em que esse plano veio para esta Assembléia Legislativa, para que fosse votado por nós. É um compromisso nosso.

Entretanto, os deputados do governo não estão cumprindo seus compromissos. Esperamos que isso venha a acontecer, e que os trabalhos fluam normalmente nesta Assembléia Legislativa neste semestre, com o debate, mas, também, com votação dos projetos de interesse da sociedade baiana. É por isso que vamos lutar para que aconteça.

E quero parabenizar o deputado Elmar Nascimento pelas colocações que fez.

Concluindo, Sr. Presidente, quanto a essa questão que aflige todos os municípios do Estado da Bahia, principalmente os que não têm matadouros, que não têm frigoríficos, esse é um problema grave.

O Ministério Público põe a responsabilidade sobre os prefeitos, que não a têm. Não estão fugindo da responsabilidade, mas não a têm. Vem a ADAB e... Os pequenos matadouros foram fechados, está um caos no Estado da Bahia e a população está sofrendo.

Deputado Elmar, V.Ex^a colocou muito bem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- A Comissão de Agricultura também tem colocado o problema, através do deputado Luiz Augusto. Queremos também colocar à disposição a Comissão de Defesa do Consumidor, para que possamos discutir esse problema, a questão do consumo de carne, que, hoje, aflige diversos municípios, aos consumidores e à população do Estado da Bahia.

É preciso que a solução seja encontrada. O governo do Estado tem sua responsabilidade. Portanto, a Secretaria da Agricultura deve abraçar esse problema para que seja resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Misael Neto, por 5 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, primeiramente, quero lamentar a posição do governo de esvaziar tanto as comissões – como aconteceu hoje, pela manhã, nesta Casa –, como o Plenário.

Vejo aqui apenas 2 Srs. Deputados que dão sustentação à Base do governo, os deputados Álvaro Gomes e Yulo Oiticica. O deputado Reinaldo Braga, com sua sabedoria e experiência nesta Casa, também faz parte da Bancada do governo.

O jornal A Tarde diz que são 39 Srs. Deputados e hoje vejo apenas 3 nesta sessão plenária. Isso é de entristecer, principalmente porque, hoje, o Estado da Bahia clama por ações efetivas na área da segurança pública.

Os jornais de repercussão estadual dão mais manchetes sobre o que acontece na Região Metropolitana, principalmente na capital, Salvador. Entretanto, a segurança pública também está carente no interior.

Na semana passada, em Juazeiro, minha terra natal, aconteceram dois fatos que mancharam aquela linda cidade. O primeiro se deu na quarta-feira passada, quando aconteceu uma rebelião na cadeia pública daquela cidade, fato que foi capa do jornal A Tarde mostrando diversos presos nus com as mãos na cabeça. Isto aqui não é foto do Rio de Janeiro, não é o Carandiru, é a cadeia pública de Juazeiro!

O primeiro objetivo deste meu pronunciamento é chamar a atenção da sociedade e, principalmente, dos deputados desta Casa que integram a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, para que seja marcada uma ida a Juazeiro, deputado Yulo – V.Ex^a que sempre esteve à frente dessas lutas –, a fim de se averiguar o que aconteceu e o que está acontecendo naquela cadeia pública.

Esse fato até levou o Ministério Público a pedir a interdição daquele presídio, tendo em vista que estavam lá 220 presos, mas só há capacidade para 60. Isso leva a condições subumanas; e até mesmo aqueles marginalizados merecem uma segunda oportunidade. Então cabe a nós desta Casa chamarmos a atenção para isso.

Nesse mesmo dia dessa rebelião na cadeia pública, tivemos também outro fato, deputado Heraldo Rocha, que chamou a atenção em nível nacional. A cidade de Juazeiro, conhecida por suas belezas naturais e por ser um lugar de pessoas pacatas, pacíficas e alegres, foi marcada por um atentado ocorrido em uma caminhada política.

Eu estava lá nessa caminhada acompanhando o prefeito daquela cidade, Misael Aguilar, candidato à reeleição. Pois bem, no final desse ato, no bairro da Codevasf, quando o prefeito fazia uso da palavra agradecendo a todos os moradores daquele bairro e a toda a comunidade Juazeirense que prestigiava a sua caminhada à reeleição, um cidadão disparou uma arma calibre 12 em direção ao palanque, atingindo quatro pessoas.

Todas as declarações informam que esse cidadão usa drogas e que fez esse ato de forma impensada e apolítica. Mas tomamos todas as medidas cabíveis, já que trabalhamos com atitudes concernentes à ação da Justiça, para que o Ministério Público Eleitoral e a polícia venham a investigar esse fato. Quero pensar que não passou de uma situação apolítica, que tenha sido um crime de rixa, como esse cidadão está dizendo. No entanto foi um acontecimento que nos preocupa, porque é importante que todas as caminhadas, que todos os eventos políticos daquela cidade – apesar de ocorrerem lá debates calorosos com a participação de diversas lideranças políticas de importância do Estado –, enfim, que as eleições municipais transcorram, como sempre transcorreram, com paz e que o debate seja político e não um faroeste, um banguê-banguê.

E assim todas as medidas cabíveis já foram tomadas pela Coligação Por Amor a Juazeiro, do prefeito Misael Aguilar. E destaquemos que esse prefeito tem dado uma roupagem diferente à cidade, porque Juazeiro hoje desponta como o quarto PIB agrícola do Brasil, foi a cidade que mais empregou no interior da Bahia, tudo isso graças ao trabalho dele e de toda a sua equipe. E não são ações como essa que vão inibir ou até mesmo amedrontar a gestão do prefeito Misael Aguilar nem tampouco aqueles que acreditam que a nossa cidade já mudou e vai continuar mudando por mais 4 anos, com a presença do prefeito Misael Aguilar na governança daquele município.

Ao chamar a atenção da Segurança Pública para esses acontecimentos no interior da Bahia, devo dizer que não é corriqueiro esse fato que aconteceu em Juazeiro, cidade pacífica e pacata. Era o que eu tinha a dizer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Luiz Argôlo.

O Sr. LUIZ ARGÔLO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, é com imensa satisfação que venho ocupar esta tribuna nesta tarde. Primeiramente, quero registrar a presença, na galerias, dos nossos conterrâneos, jovens estudantes do município de Entre Rios do Colégio Duque de Caxias, do Colégio Núcleo e do Centro Cultural. Nesta tarde, eles visitam a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, a Casa do Povo, na qual debatemos, discutimos e legislamos, com o intuito maior de melhorar a condição de vida do baiano.

Nesse momento, recebi, através dessa frente estudantil, a solicitação da reforma do grande colégio que há naquele município, a Escola Duque de Caxias, que é referência na área educacional daquela região. Por isso, venho, através desse pleito, solicitar ao Sr. Secretário da Educação que envie uma equipe ao município de Entre Rios para que sejam autorizadas, urgentemente, a reforma e ampliação daquele colégio.

É também um objetivo maior da população... Acho que todos que residem no interior, principalmente nos pequenos municípios, têm o desejo de freqüentar uma universidade. Eu sei que as faculdades, as universidades públicas não conseguem atender a demanda de todo o Estado da Bahia, mas venho também solicitar ao reitor da Uneb a possibilidade da criação de um campus no município de Entre Rios, porque vejo as necessidades, as carências da população do município que tem que residir nos grandes centros. Como o município de Alagoinhas é o maior da região, onde se concentra o pólo universitário, onde há um braço da Uneb, a dificuldade que tem é o estudante dos municípios vizinhos residirem em Alagoinhas, como é o caso de Esplanda, de Entre Rios, de Inhambupe, de Aporá, de Crisópolis... O custo que tem o estudante de pagar um transporte escolar para ir para a universidade...

Então, venho, nesta tarde, formular uma indicação a esta Casa, ao presidente, aos pares deste Parlamento – tenho certeza de que terei o apoio de todos os senhores – para que

seja viabilizado o estudo, o mais rápido possível, da criação desse campus da Uneb no município de Entre Rios.

Esses registros... Tenho a certeza do apoio não só do deputado Luiz Argôlo, que é votado e é representante, por ter tido a maioria no município de Entre Rios, como também do deputado Paulo Azi que me ouve neste momento – tenho certeza do seu apoio; quero contar também com o apoio da deputada Maria Luiza, que é votada ali, como dos demais deputados de outros partidos, porque o objetivo maior aqui não é eleição municipal, o objetivo maior é o bem-estar da população do nosso Estado. Em especial, quero referir-me, neste momento, à nossa região do Litoral Norte e de Entre Rios.

Dessa forma, tendo a certeza de também, como jovem que sou e pertenço àquele município, tendo a força e a iniciativa de representar vocês daquele município e da região, ser uma voz incansável ao lado deste Parlamento, ao lado desses colegas amigos deputados e deputadas e ao lado do governador, pela sua sensibilidade, tenho a certeza de que esse pleito encaminhado será atendido.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da TV Assembléia, radiouvintes da Rádio Oposição, estudantes que nos dão a honra com suas visitas nas Galerias Paulo Jackson, do município de Entre Rios, terra do nosso querido deputado atuante Luiz Argôlo, se não bastassem as chacinas, o aumento da violência e da criminalidade nas periferias de Salvador e no interior da Bahia, ontem, pela manhã, denunciemos desta tribuna o assalto no posto de gasolina da Avenida Centenário foi assaltado, e hoje conforme o blog Bahia Já: (lê) Jornalismo de Conteúdo. Mais violência: casal baleado na Avenida Luís Eduardo passa p/ cirurgias.

Quatro homens vestidos com coletes da Polícia Civil desceram de um veículo e dispararam contra um carro, no início desta manhã, na Avenida Luís Eduardo Magalhães, em uma tentativa de assalto. Dentro do carro estavam os comerciantes Reginaldo Barbosa, 69, baleado com quatro tiros, e sua esposa Eliane Almeida, 49, que foi atingida por dois tiros.

Deputado Cleidson Ferreira, membro do nosso partido, vice-Líder da Oposição na Comissão de Justiça e Direitos Humanos e Segurança Pública, faço um apelo a V.Ex^a, como já fiz ao nobre deputado Fernando Torres, para, através da Comissão de Direitos Humanos, promover nesta Casa um debate, não político, mas um debate constante, contínuo, diuturno sobre a grave situação da segurança pública no nosso Estado.

Há pouco o jovem talentoso, deputado estadual Misael, filho de um grande amigo meu, prefeito de Juazeiro, falava desta tribuna de mais um ato, que não é impensado, não,

deputado Misael, é ato político, uma representação política para atirar no seu pai. Olha, as coisas estão acontecendo sem comando! A Bahia está refém de bandidos, a Bahia é refém de narcotraficantes. E essa é a bola de neve que vem sendo denunciada pela nossa Bancada, a da Oposição, deste governo incompetente, que não gere a coisa pública, e as coisas estão acontecendo! Hoje um jornalista e radialista disse-me o seguinte: a sensação da população baiana é de insegurança.

Tenho visitado os bairros de Salvador em companhia do nosso futuro prefeito ACM Neto e o que a população reclama em todos os bairros que temos visitado é o seguinte: Deputado, defenda a nossa segurança! Não podemos sair de nossas casas! Estamos reféns de bandidos, de narcotraficantes!

Minhas senhoras e meus senhores, estamos atravessando um momento importante em que este governo que aí está, eleito pelo povo da Bahia no primeiro turno, muda o comandante, muda o delegado-chefe, e isso é trocar seis por meia dúzia. Mas não tem uma política de segurança pública! O deputado Adolfo tando tem clamado desta tribuna a respeito da segurança do nosso povo, e amanhã o Instituto Liberdade e Cidadania, do nosso partido, estará fazendo um debate com o subsecretário que veio da Colômbia, hoje trabalha na ONU, sobre a segurança pública na Bahia.

É assim que se constrói uma segurança pública! É assim que o deputado federal, o nosso Líder na Câmara Federal, ACM Neto, e candidato a prefeito do município do Salvador, está fazendo para organizar a sua política pública na área da segurança.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Então, Sr. Presidente, quero deixar aqui claro que a situação do povo da Bahia no que diz respeito à segurança pública é caótica e muito grave. Este governo tem que tomar uma providência.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra pelo tempo de cinco minutos, o deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a princípio quero comentar o que o deputado Elmar Nascimento falou sobre a resolução de que estão fechando os matadouros no interior da Bahia.

Ora, estive no Rio Grande do Sul com um técnico da secretaria da agricultura, fiz questão de levar um técnico da ESAB para que pudéssemos conhecer a realidade do Rio Grande do Sul. Lá tem 380 matadouros contra apenas 25 no Estado da Bahia. Solução existe, não é difícil, mas falta decisão política e administrativa, porque às vezes acho que há decisão política e tem gente que não sabe fazer. Só não consigo entender por que as decisões não saem do papel. Tomara que alguns esqueçam um pouco a política e resolvam trabalhar

mais, porque não é possível que em véspera de eleição queiram fechar os matadouros do interior do Estado. É uma decisão técnica? Acredito que não, é uma decisão política.

Por isso quero conversar com o secretário da agricultura para tentarmos fazer uma reunião. Precisamos procurar o pessoal da procuradoria, da defensoria, todos que pudermos juntar para que possamos achar uma solução para esse estado que está aí; não adianta fazer aquele termo de ajuste e conduta do prefeito, dar um ano a mais para o prefeito, dar seis meses, sabendo que eles não vão cumprir. Agora em véspera de eleição querem que eles cumpram? Não. A decisão não é administrativa, é política; e é preciso acabar com essa manança de boi, e o consumo de carne não é uma decisão política, tem que ser administrativa, e teremos que resolver de uma maneira ou de outra. Se não pode ser 8, também não pode ser 800. Precisamos achar uma solução.

Estive em um seminário de boi-de-corte e capim que houve na Bahia, lá discutimos isso, e a grande maioria concorda conosco, temos que achar uma solução, porque o pecuarista não pode ficar refém de decisões de portarias ou qualquer outra coisa; quando é coisa ruim cai diretamente para o próprio produtor, e quando é coisa boa não cai nem para o consumidor nem para o produtor.

Mas quero nos minutos que restam tocar em um ponto polêmico que aconteceu no mês de recesso que é essa tal lei seca. Beber zero. Acredito que quem fez essa portaria deve ter sido um “cabra” que nunca bebeu, nunca aproveitou a vida e quer que os outros sejam iguais a ele. Por que lei zero? Você não pode beber uma dose de uísque, um vinho com a namorada ou com a esposa? Você passou a ser assassino, passou a ser moleque?

A polícia tem trabalho de muito mais importância que o de ir para as ruas prender pessoas de bem porque beberam um copo de cerveja. Não é possível. Temos é que pôr um limite para que os bêbados não dirijam, mas as pessoas que bebem um copo de cerveja, um copo de vinho ou uma dose de uísque, essas são marginais? Não. Façam qualquer teste em alguma pessoa que só bebeu uma cerveja, duvido que saia do sério ou possa causar a morte de alguém voluntariamente.

Gente, acho que o Brasil faz lei apenas para os outros verem, porque é fácil de cumprir, prender gente séria. Não é possível que fiquemos calados. Os dados dizem que houve redução de 14% no número de acidentes, mas reduziu em 70% o número das pessoas que foram para um bar. Então na realidade não foram as pessoas, se você fizer matematicamente a conta, não foram as pessoas que bebiam que provocavam esse tipo de acidente. Eu acho que a sociedade está cobrando isso, nós, deputados, não podemos ficar calados. Eu sei que é um assunto delicado, mas tem que ter um limite. Ninguém está querendo que não tenha limite e que bêbado vá dirigir, mas tem que haver uma tolerância para que as pessoas sérias, que não causam nenhum risco para a sociedade, sejam importunadas por policiais sem preparo nenhum que querem aparecer na imprensa porque prendeu fulano, porque prendeu sicrano. E isso dá ibope, mas o ibope passa e ninguém vai ficar prendendo gente séria todo dia, não.

Como meu horário acabou, voltarei a este tema mais tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, pela ordem, para uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para uma comunicação inadiável, com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em princípio pareceria até uma brincadeira de muito mau gosto, mas é uma realidade e esta Casa tem que tomar, de qualquer maneira, suas providências sobre o assunto.

Eu recebi um fax assinado pelo reitor da Universidade com sede em Cruz das Almas, Sr. Paulo Gabriel Soledade Nacif. Era uma nota do Conselho Universitário da UFRB a respeito da ocupação do campus de Cruz das Almas.

(Lê) “No dia 05 de julho último, uma área do campus da UFRB foi ocupada por pessoas que reivindicam o uso do nosso território para fim de reforma agrária.” Relata o reitor: (lê) “Este fato é lamentável, principalmente porque, com a criação da UFRB e a conseqüente constituição de uma sólida estrutura institucional, pela primeira vez os ocupantes ilegais do campus possuem uma esperança de solução para seus problemas. Neste sentido o Conselho Universitário da UFRB vem a público solicitar a imediata desocupação da área do campus de Cruz das Almas.

Com a UFRB, o campus de Cruz das Almas, além do curso de engenharia agrônômica, passou a oferecer à comunidade baiana os cursos de agroecologia, bacharelado em ciências exatas e tecnológicas, biologia, engenharia florestal, engenharia sanitária e ambiental, engenharia de pesca, medicina veterinária, tecnologia em gestão de cooperativas e zootecnia. O nosso ensino de pós-graduação ampliou significativamente. Associados à pesquisa e à extensão, esses cursos terão atividades que devem ocupar toda a área do campus.

O Conselho Universitário da UFRB já deliberou que o respeito à comunidade de posseiros deve ser o princípio basilar para o encaminhamento de soluções que resultem no justo desejo da comunidade acadêmica em retomar o controle do território para que o mesmo cumpra a sua função social desejada por toda sociedade baiana: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Seguramente a comunidade acadêmica, a comunidade de posseiros e os órgãos governamentais, juntos, encontrarão soluções socialmente justas para o problema em questão e que dêem sustentação ao projeto de consolidação da UFRB, fruto de sonhos, mobilização e luta de toda sociedade baiana e, particularmente do Recôncavo.”

Sr. Presidente, eu gostaria que esta Casa tomasse uma posição. Eu tentei hoje um contato com o secretário da Segurança Pública do nosso Estado, que está em viagem a Curitiba, falei com o subsecretário que disse que o problema não cabe à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia. Mas eu acho que cabe sim, cabe a todos os órgãos governamentais, cabe a esta Casa também. Não podemos imaginar e admitir que uma invasão de terra para reforma agrária ocorra em um campus de uma universidade federal do nosso

Estado. Esse é um desrespeito aos nossos filhos, à juventude que tão pouco espaço e tão poucas vagas tem nas universidades públicas do nosso País. Vejam, uma universidade ser invadida por pessoas que dizem ser sem-terras porque buscam uma reforma agrária! Esta Casa tem que tomar uma posição.

E convoco até a imprensa da Bahia para que vá lá, faça uma investigação, faça matérias para que fatos dessa natureza não venham mais se repetir, não só em nosso Estado como em todo o Brasil.

Encaminharei, Sr. Presidente, para que V.Ex^a que preside esta sessão, encaminhe ao nosso presidente Marcelo Nilo, para que ele, também tome as providências políticas junto aos órgãos governamentais para que essa situação, que pode em princípio, até ser da universidade, digamos, da federação, mas o Estado da Bahia tem que tomar uma posição, porque esta universidade federal está em nosso Estado e cabe aos órgãos governamentais zelar pelo patrimônio público, essa é uma obrigação, sobretudo, para com uma universidade.

Então, neste sentido, Sr. Presidente, vou lhe encaminhar este fax enviado pelo reitor da Universidade de Cruz das Almas e peço que V.Ex^a encaminhe ao presidente Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente. Concedo a palavra por 25 min, no tempo do Partido da República, ao deputado Pedro Alcântara.

Gostaria de pedir a V.Ex^a, deputado Pedro Alcântara, um minuto para convocar o deputado Yulo para substituir o deputado Misael.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, demais membros que compõem esta Mesa Diretora, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, funcionários desta Casa, para mim é uma honra retornar a esta Casa, que confundia com a minha própria casa. Permaneci durante 20 anos consecutivos, que significam cinco mandatos, representando o Médio São Francisco que tem em Juazeiro a sede dessa microrregião e claro, representando o nosso Estado.

Passei dias memoráveis nesta Casa, acreditando que através da política, somos capazes de melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Nesse período que estive ausente desta tribuna, deste Plenário, deste Parlamento, ocupei uma diretoria onde pude contribuir durante um ano e seis meses com a nossa Casa.

Para mim, paguei um preço muito caro por ter sido um deputado honesto. Foram vinte anos sem nunca ter na minha conta desta Casa, um dia sequer, no azul e se não fosse a compreensão do presidente desta Casa, dos nossos pares, principalmente do meu partido

que conseguiu que eu fosse diretor nesta Casa, até para a sobrevivência. Talvez meu caro deputado Álvaro Gomes, eu tivesse de retirar meus filhos da própria escola.

Mas, nesta missão de homem que tem na vocação a política, queria agradecer pe-nhoradamente ao presidente desta Casa que foi um grande companheiro nosso, um amigo; ao meu partido, a todos os deputados, aos deputados de Oposição, que fazem uma oposição sadia, construtiva nesta Casa, que, embora não estivesse no exercício do mandato, mas acompanhava diuturnamente o trabalho desta Casa.

Além do presidente que tem um desempenho à altura, que satisfaz a todos aqueles que compõem este Parlamento, mostrou ser um companheiro solidário, num momento em que um ex-deputado até ontem, até recentemente, 6 de julho, na condição em que me encontrava

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após o agradecimento que faço àqueles que realmente entenderam, compreenderam e nos deram a mão, quero, também, Sr. Presidente, falar da demanda reprimida que tem a minha região. Começarei por uma questão inédita, deputado Álvaro Gomes, deputado Gilberto Brito, deputado Paulo Azi, Sr. Presidente, sobre os absurdos que estão a acontecer em nosso Estado.

Sempre estando presente em Juazeiro e na região, onde teremos assuntos importantes a debater nesta Casa, como a Ponte Presidente Dutra, o Hospital Regional de Juazeiro, a população carcerária, transposição do São Francisco, um assunto de importância fundamental e que estão silentes nesta Casa, a situação da CAR e as eleições municipais, é claro.

Eu queria mostrar a esta Casa, Sr. Presidente, a situação da Ponte Presidente Dutra, veja o absurdo: fizeram o lado de Pernambuco todo, 04 pistas, aqui estão as fotografias e do lado da Bahia, nada. Aqui estão várias fotografias ilustrando e como dizia Otávio Mangabeira – pense na Bahia e tem um absurdo, deputado. Quem negligenciou nessa questão? O governo? Os deputados que representam a região? O fato concreto é que Juazeiro pergunta e alguém tem que responder: por que parou? Parou por quê?

Uma ponte. Fizeram a metade, Sr. Presidente, quatro pistas duplas, o deputado balança a cabeça, deve ter passado por lá e visto o problema – quatro pistas do lado de Pernambuco, os carros vêm em velocidade e quando chega do lado da Bahia um gargalo, batidas de carro acontecem, acidentes e nós perguntamos e alguém vai ter que responder, parou por quê? Por que parou? Porque, realmente, é uma coisa inédita o que está acontecendo na nossa cidade.

Outra questão, Sr. Presidente, é a do Hospital Regional que o governo reforma, muito solicitado aqui por nós nesta Casa. A reforma que iniciou no governo passado está sendo concluída agora, deputado Gilberto Brito, um investimento de quase 30 milhões de reais, um hospital de referência, um hospital de alta complexidade e que a expectativa da população de Juazeiro era de que esse hospital fosse administrado pelo Estado.

Esse hospital já tem uma história de ser hospital público. Foi, em um passado um pouco distante, da Fundação SESP; depois, da Fundação Nacional de Saúde e agora a ex-

pectativa da região, Sr. Presidente, era de que esse hospital fosse administrado pelo Estado, e a licitação que está aí a correr desde o dia 10 de julho é para terceirização dos serviços. É uma revolta total da população de Juazeiro, e solicito ao Líder do Governo aqui em exercício, deputado Álvaro Gomes, que leve a S.Ex^a, o governador, o descontentamento de toda a população de Juazeiro e da região em relação à terceirização dos serviços daquele hospital. A expectativa era muito grande em relação a esse hospital ser administrado pelo Estado, a decepção da população é muito grande e eu acho que peca, e peca muito o governo quando abre uma licitação para o hospital que era o grande anseio da nossa população, da população de Juazeiro.

Falo como médico, falo como deputado, hoje, representando aquela região, e V.Ex^a sabe que não estou aqui no sentimento de atrapalhar as ações do governo. A posição do nosso partido, hoje, é muito clara em relação a essa questão, uma bancada independente – o que for bom para a Bahia votaremos, o que for ruim não votaremos, esta é a posição. Mas, como representante de Juazeiro e da região não me calarei no momento que for para trazer as reivindicações e o pensamento daquela população.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Vou conceder o aparte, pela ordem, ao deputado Gilberto Brito, primeiro a nos solicitar o aparte logo que adentrava ao Plenário.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Pedro Alcântara, o Plenário da Casa receber V.Ex^a de volta significa retomar ao seu posto uma grande pedra no alicerce fundamental da sustentação do parlamento baiano.

É uma honra, uma alegria, um prazer tê-lo de volta. V.Ex^a pela sua brilhante trajetória política, pelo homem público que se constitui e sobretudo pelo parlamentar, disse em determinada oportunidade aqui e volto a repetir: ao longo dos cinco anos que aqui me encontro V.Ex^a, sem dúvida nenhuma, se constitui no parlamentar mais iluminado na tribuna desta Casa, pela performance e pela união de tudo quanto V.Ex^a consegue agregar com relação à pessoa de um parlamentar: determinado, corajoso, lúcido, perspicaz, comprometido com as causas sociais, respeitador das pessoas, trata os seus temas sem qualquer ação que possa ultrajar quem quer que seja, agredir a quem quer que seja. Então, ter o prazer de vê-lo de volta é uma alegria pessoal e eu tenho certeza é uma alegria do Parlamento da Bahia.

Parabéns, seja bem-vindo, continue o Dom Pedro, forte, firme, o Pedro Pedra, onde, talvez, não tivessem construído determinadas coisas, mas, sem dúvida nenhuma, V.Ex^a soube muito bem construir a sua vida, originário de uma família pobre e, por via de consequência, esculpido dentro da decência, do respeito, da dignidade e da solidariedade humana.

Parabéns, meu abraço, seja bem-vindo.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Obrigado, meu colega deputado Gilberto Brito, colega de Partido. Eu incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento, mas os elogios ficam por conta da elegância de V.Ex^a, eu acho que não mereço nem uma parte deles, imagine o todo que V.Ex^a expressou agora.

Pela ordem, concedo apartes aos deputados Gaban. ao deputado Álvaro Gomes e depois ao deputado Capitão Tadeu.

O Sr. Gaban:- Prezado amigo Pedro Alcântara, estava sentindo saudades. V.Ex^a, efetivamente é uma pessoa que aprendi a admirar, através até dos cargos que exerci, como presidente da CERB, como diretor-geral do Detel. Pela sua garra, sua luta, pela sua defesa dos municípios que V.Ex^a representa e pela sua presença aqui nesta Casa, onde aprendi a conviver com o prezado amigo, esse excelente parlamentar, excelente orador.

Muito aprendi com V.Ex^a também, Pedro, pela sua garra, determinação, excelente pai de família, uma pessoa simples, humilde, o que ganha na vida, dedica todo o seu tempo, tudo o que ganha às comunidades que representa.

Esta Casa estava sentindo falta de parlamentares como V.Ex^a para enriquecer o debate, para fortalecer, cada vez mais, o Poder Legislativo.

Parabéns, Pedro Alcântara, pelo seu retorno, que Deus ilumine os seus caminhos para que a sua carreira que foi interrompida por um pequeno espaço de tempo não seja mais interrompida, porque quem perderá, neste caso, será a política do Estado da Bahia.

Parabéns, que Deus continue iluminando o seu caminho, da sua família, da sua brilhante trajetória.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Presidente Gaban, permita-me tratá-lo assim, porque tive a honra de ser vice-presidente desta Casa, quando V.Ex^a, com dignidade, altivez, determinação presidiu esta Casa, para honra do Parlamento baiano, incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento, e dizer que foi uma honra ser o seu vice, inclusive de ter presidido esta Casa por algum tempo, oportunidade ímpar que V.Ex^a nos deu, de ocupar a presidência desta Casa por alguns dias e enobrecer o nosso curriculum, porque nada mais fiz do que dar seqüência e continuidade ao trabalho que V.Ex^a implantou quando presidiu um dos Parlamentos mais fortes do nosso país.

Com o aparte o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Deputado Pedro Alcântara, primeiro quero desejar muito sucesso no retorno de V.Ex^a a esta Casa Legislativa. V.Ex^a que é um deputado bastante atuante, podemos até divergir das idéias, das propostas em determinadas questões, mas não podemos deixar de reconhecer que V.Ex^a é um deputado bastante atuante.

Aliás, lá em Juazeiro nós estamos juntos, vamos ganhar as eleições lá com o companheiro Isaac, um companheiro que está crescendo, com um potencial extraordinário e vamos vencer aquelas eleições lá.

É claro que esperamos que encaminhamentos sejam tomados para resolver o problema da ponte. E essa questão do hospital era interessante esclarecermos isso com o próprio Secretário de Saúde, porque a política da Secretaria de Saúde é exatamente inversa, é no sentido de fortalecer a saúde pública de boa qualidade, inclusive se contrapondo à situação anterior, que era uma situação de privatização dos hospitais do nosso Estado.

Então, o processo de privatização que foi aprovado aqui, a questão das organizações sociais, a secretária de Saúde tem buscado reverter isso permanentemente. Por isso é necessário que haja um esclarecimento com o secretário da Saúde sobre esse processo de Juazeiro. Vou me colocar à disposição, para que possamos abordar essa questão.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Deputado Álvaro Gomes, entendo eu que essa questão do Hospital Regional de Juazeiro é uma questão em que este Parlamento deve interferir. São quase 30 milhões de reais investidos no hospital, quero parabenizar o governador Jaques Wagner por ter dado seqüência à reforma iniciada no governo Paulo Souto e nos dotado de um hospital em que a expectativa é muito grande na região, porque hospitais particulares e terceirizados já temos muitos em Juazeiro.

O anseio da população, deputado, é que o Estado venha a administrar esse hospital. A população de Juazeiro rejeita e ela não foi consultada sobre essa terceirização. Ela foi feita à revelia. Eu não sei se colegas nossos que representam Juazeiro aqui, em particular, os deputados Roberto Carlos e Misael Neto, já trouxeram ao Plenário desta Casa a insatisfação da população de Juazeiro em relação a essa questão.

Então, a população dessa cidade não foi ouvida e não aceita isso, e a função maior do governo é atender à população, ao desejo da população de Juazeiro, carente de um hospital. Às vezes, a saúde é praticada na cidade vizinha, e esse hospital também, deputado Álvaro Gomes, será um hospital universitário, haja vista que temos a Universidade do São Francisco e a Faculdade de Medicina, em Petrolina.

Nós lutamos, no passado, deputado Gaban, para colocá-lo como hospital universitário, e ele hoje é um hospital universitário, será um hospital universitário. Então, mais um motivo para que seja um hospital administrado pelo próprio Estado e não, por terceiros.

O Sr. Capitão Tadeu:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Eu concedo um aparte ao meu amigo deputado que muito admiro nesta Casa, Capitão Tadeu, deputado realmente coerente nas suas posições. Eu, deputado, admiro V.Ex^a pelas suas convicções e pela maneira como usa seu mandato em defesa daqueles que o conduziram aqui.

Com um aparte o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. Capitão Tadeu:- Obrigado, deputado Pedro Alcântara. Queria aproveitar este momento para lhe dar não só as boas-vindas, mas para dizer que este Poder Legislativo perdeu muito nesses meses em que V.Ex^a esteve ausente, por um equívoco do destino político deste Estado.

Quero dizer que V.Ex^a fez falta e vai ter a oportunidade, agora, de recuperar o que o Parlamento perdeu nesse período. Queria lhe desejar boa sorte e dizer do meu testemunho, da importância de V.Ex^a para este Poder Legislativo. V.Ex^a só enobrece e engradece esta Casa Legislativa.

Parabéns e boa sorte.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Eu agradeço, deputado Capitão Tadeu, o aparte de V.Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Embora tenha tido quase 45 mil votos na eleição passada, em função de que o coeficiente eleitoral, a coligação que precisava de mais votos fosse a nossa, por poucos votos, deixei de estar aqui desde o primeiro momento. Chegamos atrasados, mas chegamos e sempre procurávamos chegar na frente, como sempre chegamos aqui nesta Casa, nos embates, nos debates. Mas estamos aqui.

Agradecemos aos quase 45 mil eleitores que nos conduziram pelo voto livre e espontâneo, sem o poder da compra, da pressão, sem usar nenhum tráfico de influência de ordem pública, quer em nível municipal, estadual ou federal. Foi em respeito ao nosso trabalho e ao nosso desempenho político que conseguimos 45 mil votos. É a questão da própria lei eleitoral, precisamos fazer a reforma eleitoral neste País, porque, se fôssemos fazer uma conta, nenhum deputado é culpado, é a própria lei eleitoral, temos aqui 33 deputados eleitos com menos votos do que conseguimos na eleição passada, dos quase mais de mil candidatos que houve na eleição passada, fomos o 30º deputado mais votado e não conseguimos estar aqui desde o primeiro momento.

Mas, Sr. Presidente, um assunto que vamos voltar a debater nesta Casa interessa também a V.Ex^a, Sr. Presidente, é a questão que está sendo feita à revelia da Bahia e terá conseqüências graves para nosso Estado, a transposição do Rio São Francisco. É a Bahia perdendo. A Bahia vem perdendo de maneira estarrecedora e assustadora. Dos mais de 7 bilhões que estão sendo investidos na transposição do Rio São Francisco e a Bahia tem sido contemplada com migalhas. Quase todo esse recurso, deputados Gilberto Brito e Capitão Tadeu, é investido no Estado de Pernambuco, que avança no processo de desenvolvimento econômico e mostra ter um prestígio superior ao da Bahia junto ao governo federal, haja vista as ações que se praticam nesse estado vizinho. Posso falar isso porque o conheço, somos vizinhos de porta, até a questão da ponte está aqui, que se faz do lado de Pernambuco, apesar de dizer respeito à Bahia. A transposição do Rio São Francisco está sendo feita à revelia.

Na reunião da Codevasf para se discutir a transposição do Rio São Francisco, deputado Gilberto Brito, pisme, ninguém teve direito à fala, somente o ministro e o prefeito, hoje aliado do ministro. Ontem, era PFL e DEM, mas, hoje, é aliado do ministro. Fez um discurso que não traduziu a vontade da Bahia e do povo de Juazeiro. Nenhum dos deputados presentes teve direito à fala, de colocar a posição da Bahia, de Juazeiro e da região do São Francisco em relação a esse projeto ruim para o Brasil, péssimo para o Nordeste, principalmente para o nosso Estado e para a nossa região. Um hectare irrigado hoje às margens do Rio São Francisco custa 10 mil dólares. Na ponta, a 700km de distância, vai custar 100 mil dólares. Hoje o colono está sufocado. E se fala em transposição!

Campo Alegre de Lourdes, a terra onde tive a honra de nascer e está na Bacia do São Francisco, não tem água do São Francisco. Dista 8km do Rio São Francisco e ainda se morre de sede, ainda se carrega água na cabeça ou no lombo do jumento. E se fala em transposição do Rio São Francisco! Vamos voltar a esse debate, vamos cobrar do deputado

Misael Neto, presidente da Comissão Especial do São Francisco, uma ação mais forte em relação a essa questão, porque é a vontade do nosso povo, e V.Ex^a sabe disso. O que me intriga é que na eleição passada, em busca dos votos do São Francisco, vimos um desfile de inúmeros Srs. Deputados e Deputadas falarem em defesa do Rio São Francisco, contra a transposição. Hoje o silêncio é sepulcral, ninguém fala. É medo do ministro? Medo de quê? Das empresas, ávidas por recursos públicos?

O Sr. Misael Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Só Deus e a polícia federal vão saber em quanto tempo as ações irão ocorrer. Quero aqui enaltecer o trabalho da doutora Luciana Khoury, promotora que estudou, discutiu, levou essa questão a inúmeros fóruns por este Brasil afora. Há um silêncio total em relação a esse famigerado projeto que está aí a ser desenvolvido. Concedo um aparte ao colega e conterrâneo deputado Misael Neto.

O Sr. Misael Neto:- Deputado Pedro Alcântara, apesar de em Juazeiro estarmos em palanques diferentes, fico feliz pelo seu retorno a esta Casa Legislativa, tanto pela sua experiência como pelo seu conhecimento das causas voltadas para a nossa região do Semi-Árido. Fico feliz principalmente por agora contarmos com mais um deputado estadual que tem algo em comum conosco que é o amor à nossa terra Juazeiro. Hoje contamos com três deputados federais - Jorge Khoury, Joseph Bandeira e Edson Duarte -, e agora, na Bancada Legislativa, também contamos com três deputados estaduais. Espero que com a Bancada representativa dessa forma o governador Jaques Wagner olhe mais para a nossa região.

Quanto a V.Ex^a citar o meu nome na transposição do Rio São Francisco, até peço a V.Ex^a que solicite ao Líder de sua Bancada, deputado Elmar Nascimento, que o indique para fazer parte da Comissão Especial do São Francisco, comissão que presido e que historicamente, de acordo com o levantamento estatístico que fiz, foi na minha gestão que mais funcionou, que mais se reuniu. Estivemos, inclusive, em Sobradinho quando da greve de Dom Luiz Caprio, em visita oficial da nossa comissão. Peço aqui ao deputado Elmar que indique V.Ex^a, conhecedor das questões do São Francisco, a participar das nossas reuniões na

Comissão Especial do São Francisco, que se reúne nesta Casa todas as quartas-feiras, às 11h.

Desejo boa sorte e bom retorno a V.Ex^a.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Deputado Misael Neto, jovem deputado valoroso, amigo pessoal, embora militemos em processos políticos diferentes em Juazeiro, não há tanto tempo, mas fizemos parte de um grupo político que enalteceu aquela cidade e que, infelizmente, hoje, não está tão coeso como deveria estar e como seria bom para Juazeiro.

Solicitarei ao nosso Líder, deputado Elmar Nascimento, que nos indique para a Comissão Especial do São Francisco, que teve a sua origem no SOS São Francisco, que foi uma proposição nossa nesta Casa a criação da Comissão Especial do São Francisco, da qual nós, hoje, conjuntamente fazemos parte.

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Quero ceder um aparte ao nobre Líder e dizer da minha alegria em retornar. Deputado Waldenor, sempre nos respeitamos, sempre tivemos um diálogo franco aqui nesta Casa. É ótimo chegar aqui e ver V.Ex^a liderando a Bancada do governo e vamos relembrar tempos outros em que eu liderava a Bancada e fazíamos trabalhos opostos. Mas quero parabenizá-lo pela condição que V.Ex^a faz na Bancada da Situação.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Pedro Alcântara, na condição de Líder do Governo, queria externar nossa alegria, nosso contentamento em vê-lo retornar a esta Casa Legislativa. Como V.Ex^a já destacou, embora em posições opostas na legislatura anterior, eu sempre o admirei pelo comportamento ético, pela forma educada, muitas vezes contundente na argumentação, mas respeitosa na relação pessoal. Pude aprender muito com V.Ex^a quando naquela oportunidade exerceu a função que hoje estou, orgulhosamente, exercendo. Por isso, quero parabenizá-lo e dizer que esta Casa Legislativa ganha muito com o retorno de V.Ex^a, que é um tribuno de grande qualidade, que sempre prioriza o debate de temas importantes e de interesse do Estado da Bahia.

Portanto, seja bem-vindo e em nome da nossa Bancada quero parabenizá-lo por esse retorno para a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Agradeço ao nobre Líder da Maioria e do Governo nesta Casa, V.Ex^a está na hora de retribuir os seus ensinamentos. V.Ex^a se refere que aprendeu comigo, eu volto a esta Casa e quero aprender com V.Ex^a.

Quero pedir a tolerância do Sr. Presidente para conceder dois apartes e, depois, concluir o nosso pronunciamento, se V.Ex^a assim o permitir. Em primeiro lugar, deputado Gildásio Penedo, o deputado Yulo Oiticica já havia acenado antes uma solicitação de aparte.

O Sr. Yulo Oiticica:- Deputado Pedro Alcântara, quero também dizer da minha satisfação em tê-lo de volta. V.Ex^a, de fato, é um dos grandes tribunos desta Casa; essa tribuna sentiu a falta de V.Ex^a nesse 1 ano e meio. É verdade que a democracia, às vezes, prega essas peças e, infelizmente, a falta de acompanhamento muitas vezes dos eleitores, dos cidadãos não permite perceber quem são os deputados que verdadeiramente respeitam o voto, respeitam chegar a esta Casa.

Portanto, V.Ex^a é não só um dos melhores tribunos, mas um homem do bom debate, um homem que sempre respeitou as divergências, sempre estivemos de lados opostos. Lembro-me, certa vez, quando V.Ex^a foi premiado pela imprensa. Tivemos aqui na Casa a presença da sua família, e eu disse a eles que não era fácil enfrentar “Ronaldinho” no debate do dia a dia. Que bom que V.Ex^a volta para abrilhantar os nossos debates e fazer com que esta Casa seja cada vez mais propositiva.

Parabéns e bom retorno.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Deputado Yulo Oiticica, V.Ex^a tem um trabalho na Bahia respeitado por todos nós, políticos, e pela Bahia em defesa dos direitos humanos. E, deputado, pouca coisa me torna com o tempo, com a vivência tão indignado, quando em Juazeiro fui a uma banca e vi no jornal A Tarde uma fotografia de primeira página, que parecia um campo de concentração e outras coisas, e eu disse: não é esta a Bahia que nós queremos. Não tenho dúvidas de que vamos discutir essa questão da população carcerária de Juazeiro, porque foi muito deprimente aquela foto, ver pessoas humanas nuas, não importa o crime que cometeram. Mas sei da política de V.Ex^a e, para mim, a maior representação da política de direitos humanos em nosso Estado, e no Brasil. Acompanho o trabalho de V.Ex^a aqui nesta Casa. Uma fotografia, deputado Waldenor Pereira, tenho certeza que V.Ex^a viu, e uma conseqüência de ordem social que não foi abordada.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Para concluir, deputado, com a tolerância de V.Ex^a.

Os presos foram transferidos para outras cidades causando problemas com seus parentes e familiares que ali estão. Mas vamos debater este assunto.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:-Quero só rapidamente, Sr. Presidente, conceder um aparte ao brilhante Líder da Oposição. Acompanhei o trabalho de V.Ex^a, e não foi surpresa para mim o estágio que fez no passado e a maneira como vem conduzindo a Oposição nesta Casa. Parabéns, deputado Gildásio Penedo! A Bahia tem um Líder que a Oposição merece. V.Ex^a realmente tem sido um político defensor da política, na sua visão e na da Bancada que o senhor comanda, mas correspondeu além da expectativa o seu trabalho à frente desse valoroso Bloco.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Pedro Alcântara, quero informar neste primeiro pronunciamento que V.Ex^a faz no seu retorno a esta Casa Legislativa a alegria da Bancada da Oposição e, de modo especial, do Partido Democratas, que de certa forma ajudaram a construir este momento. Isso se deveu principalmente ao valoroso deputado Tarcízio Pimenta, coincidindo com a vontade dele de se dedicar exclusivamente à campanha municipal da nossa querida cidade de Feira de Santana. E ele vem liderando todas as pesquisas naquele município com folgada margem.

Efetivamente colaborou este gesto do deputado Tarcízio Pimenta de se dedicar exclusivamente à sua campanha e esta disposição dos democratas de premiar a conduta e o trabalho valoroso do PR, que aguardou por muito e muito tempo que este momento pudesse ocorrer. Mesmo com a própria letargia que tem sido a regra deste governo, temos a felicidade de ajudar a construir este seu retorno aos trabalhos legislativos que, tenho certeza, é provisório agora, mas a partir de janeiro será definitivo pelo seu grande trabalho, que vai se juntar ao do também combativo e grande deputado Misael Neto. V.Ex^{as} são políticos que têm uma dedicação muito voltada principalmente à Região Norte do Estado, de modo especial Juazeiro.

Portanto é nossa alegria, Pedro, vê-lo retornar. E tenho certeza que V.Ex^a, com seus pronunciamentos consubstanciados e a sua voz crítica, haverá de ajudar a construir um novo momento político nesta Assembléia. Desejo-lhe aquilo que todos nós sabemos: êxito pleno no retorno de um valoroso e combatente deputado que marcou história.

Muito obrigado. E parabéns pelo retorno!

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Deputado Gildásio Penedo, incorporo o aparte de V.Ex^a.

Eu estava deixando para o fim os agradecimentos ao deputado Tarcízio Pimenta, meu colega médico, valoroso e presente parlamentar sempre defendendo a sua região de Feira de Santana. Um dia ele adentrava lá a diretoria e me dizia: “Pedro Alcântara, vou priorizar a minha campanha em Feira. O meu desejo maior é ser prefeito de Feira de Santana e não tenho dúvida: vou me afastar e combinar com minha Bancada, com meu partido, mas isso não implica em nenhuma posição política de V.Ex^a no Parlamento baiano. Não tenho dúvida que Feira, no momento em que precisar da voz de Pedro Alcântara, ele haverá de defender aquela cidade.”

Então quero concluir o meu pronunciamento agradecendo ao grande amigo deputado Elmar Nascimento, Líder da minha Bancada aqui nesta Casa. Parceiro, amigo, nos deu a mão desde o primeiro momento em que ficamos sem o mandato, nos dando status de deputado. V.Ex^a transmita ao deputado Tarcízio Pimenta que procurarei ser ainda mais eficiente e persistente, sendo o deputado mais presente em todos os 20 anos que estive aqui, talvez perdendo apenas para o presidente desta Casa no uso desta tribuna. E haverei de honrar o período em que aqui estiver. E, claro, desejo sucesso na eleição dele em Feira para que minha titularidade venha a ocorrer.

Portanto, entendo o trabalho. E em momento algum o Democratas fez resistência, comandado por V.Ex^a, deputado Paulo Azi, a que o deputado se afastasse para que eu viesse assumir o mandato.

Agradeço a sua tolerância, Sr. Presidente. Deveremos retornar a esta Casa para outros debates em relação às questões que declinamos e dissecamos aqui.

Um assunto muito importante, deputado, é a questão dessa epidemia de fechamento de matadouros. Juazeiro também está comendo carne abatida clandestinamente, e a população sofrendo, principalmente aqueles produtores rurais da caprinocultura, da ovinocultura e até da pecuária. Voltaremos a debater esse assunto que V.Ex^a tão bem trouxe à tribuna desta Casa, nesta tarde.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e aqueles que nos deram a honra de nos ouvir.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pode falar, Sr. Deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, faço uso do instrumento regimental da comunicação inadiável para fazer uma comunicação importante para o funcionamento desta Casa e do mundo político baiano.

Dando conseqüência à fala do deputado Pedro Alcântara, que assume num gesto do Partido Democrata para conosco e do deputado Tarcízio Pimenta, que se licenciou e possibilitou a assunção, nesta Casa, do primeiro suplente, do deputado Pedro Alcântara... E dando prosseguimento a uma reunião em que foi tomada a decisão pela Bancada do nosso Partido, com a presença do nosso presidente, senador César Borges, de deputados estaduais e federais, de se tornar uma Bancada independente em relação ao governo.

Portanto, quero ler uma correspondência que protocolamos agora na Secretaria da Mesa Diretora da Casa:

“Exm^o Sr. Deputado Marcelo Nilo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Sr. Presidente:

Os deputados do Partido da República-PR infra-firmados vêm, na forma regimental, comunicar a V.Ex^a o seu desligamento do Bloco da Maioria nesta Casa Legislativa. Atenciosamente...” Estão aqui as assinaturas dos deputados do PR, que, imbuídos do sentimento de que se precisa fortalecer o Legislativo, estão, a partir deste momento, formalizando uma Bancada com o PRTB, composta pelos deputados Fernando Torres e Jurandir Oliveira, que, a partir deste instante, também deixam de integrar a Bancada da Maioria do Governo.

Portanto, lerei mais dois ofícios: Um do deputado Jurandir Oliveira, com o seguinte teor:

“Senhor Presidente,

O deputado infrafirmado vem, na forma regimental, comunicar a V.Ex^a o seu desligamento do Bloco da Maioria desta Casa Legislativa.”

Outro requerimento, com o mesmo teor, assinado pelo deputado Fernando Torres:

“ Sr. Presidente,

O deputado infrafirmado vem, na forma regimental, comunicar a V.Ex^a o seu desligamento do Bloco da Maioria nesta Casa Legislativa.”

Portanto, a partir deste momento, os oito deputados que compõem o PR e o PRTB passam a compor um Bloco Independente, fazendo com que o governo tenha, nesta Casa, agora, Sr. Presidente, apenas 35 Srs. Deputados.

É o que gostaria de registrar aqui neste instante para a imprensa baiana e para esta Casa a fim de que sejam tomadas as providências regimentais.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, o pedido do PR já foi deferido e já mandei publicá-lo. Quanto ao do PRTB, tentei entrar em contato com o deputado Fernando Torres, que, primeiro, terá que sair do Bloco liderado pelo deputado Euclides Fernandes, para, depois, ir para o Bloco Independente.

Não posso deferir o pedido para ele ir para o Bloco Independente ficando ele liderado por um Bloco que pertence à Base do governo. Portanto, é preciso que, primeiro,...

O Sr. Elmar Nascimento:- Um aparte, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Elmar Nascimento:- Acho que V. Ex^a se equivocou, pois as situações são absolutamente análogas.

Havia um Bloco formado aqui, e comuniquei, até por um gesto de gentileza, até porque é liderado por um grande deputado que compõe esta Casa, o Capitão Tadeu,... A partir do momento que deixamos de integrar a Bancada da Maioria e o deputado Capitão Tadeu permaneceu nela, automaticamente está desfeito o Bloco PR/ PSB por conta de que estamos agora numa condição independente e ele ficou no Bloco da Maioria.

A partir do momento que os dois deputados que os dois deputados filiados ao PRTB, Fernando Torres e Jurandir Oliveira, deixam, da mesma forma, de integrar o Bloco da Maioria nesta Casa, está desfeita automaticamente a Bancada que tinham com o PDT e outros Partidos. Eles não podem pertencer a um Bloco Independente e, ao mesmo tempo, estar aliado a uma Bancada que pertence... é a mesma situação do deputado Capitão Tadeu, com o qual, neste instante, deixa de existir a aliança, conforme já deferido por V. Ex^a.

Ademais, Sr. Presidente, peço vênias para discordar de V. Ex^a, pois V. Ex^a não deferiu, e sim manda publicar o que já foi protocolado na Secretaria da Casa para que tome os efeitos legais no Diário Oficial. Não cabe, pois, deferimento ou indeferimento de V. Ex^a ao nosso pedido, mas simplesmente um despacho para publicação no Diário Oficial.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, V. Ex^a está totalmente equivocado, porque o deputado Jurandir Oliveira, pelas informações da Secretaria, pertence ao PDT. O que me interessa é o que está registrado na Secretaria, e, pelas informações que o Sr. Carlos Machado nos deu, o deputado Jurandir Oliveira pertence ao PDT. Portanto, o deputado não só não pode sair de um bloco, tem que ser decidido pela maioria de seu partido.

O deputado Fernando Torres pertence ao PRTB. O deputado Fernando Torres enviou uma correspondência, informando que está indo para outro bloco. Telefonei para ele e pedi que fizesse outra correspondência, saindo primeiro do atual bloco, porque ele não pode ir para o Bloco Independente permanecendo em outro. Ele faça a correspondência, pedindo para sair do bloco que é liderado pelo deputado Euclides Fernandes, senão será liderado por duas pessoas, pelo Líder do Bloco Independente e pelo deputado Euclides Fernandes. Eu tenho que seguir o que ele pede. É só ele enviar as correspondências que eu mando publicar.

O deputado Jurandy Oliveira, pelas informações que tenho da Secretaria da Mesa, pertence ao PDT, e o PDT tem 3 deputados.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Aproveitarei para fazer um requerimento a V.Ex^a, até para acabar com isso aqui, na Casa. A filiação do parlamentar é nacional, e é registrada na Justiça eleitoral. Algumas questões que poderiam prejudicar alguns parlamentares fizeram com que todos eles, é claro, continuassem nos partidos de origem, pelos quais se elegeram. Que V.Ex^a solicite à Secretaria da Mesa que peça informações a todos os parlamentares sobre os partidos aos quais estão filiados, inclusive juntando cópia de certidão.

Há 2 casos aqui que constam de forma equivocada na Secretaria da Mesa. Temos uma certidão do cartório eleitoral de Ipirá, e o deputado Jurandy Oliveira é filiado, hoje, como sempre foi, ao PRTB. Na mesma situação se encontra o deputado Adolfo Menezes, por exemplo, que consta na Secretaria da Mesa como filiado ao PTB, mas a certidão do cartório de Campo Formoso diz que ele é filiado ao PRP, partido pelo qual se elegeu e concorre ao mandato de vice-prefeito da cidade.

Portanto, o que tem que valer, o que deve prevalecer, até porque a lei é nacional, é a filiação junto ao cartório. A lei está acima de comunicação da Secretaria da Mesa. V.Ex^a poderia fazer a gentileza de solicitar tanto ao deputado Jurandy Oliveira quanto ao deputado Adolfo a informação sobre a qual partido eles pertencem, pedindo certidão aos dois - porque um é filiado ao PRP e o outro é filiado ao PRTB -, ficando, assim, dirimida qualquer dúvida.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, acho que a Presidência não deve fazer essa correspondência para o deputado, porque temos as informações prestadas pelo deputado, que, inclusive, estão no computador. O deputado Adolfo pertence ao PTB e o deputado Jurandy Oliveira pertence ao PDT. Eles é que têm que comunicar à Casa qualquer mudança. A Casa não vai entrar na questão sobre onde o deputado está. É problema de cada um. O que vale para nós é a informação que prestou.

Quero apenas registrar que telefonei para o deputado Fernando Torres e pedi, apenas por uma questão regimental, que fizesse uma correspondência, dizendo que está saindo do Bloco PDT/PSC/PRTB, e informando que está indo para bloco tal. A decisão é dele. Eu não posso deixar em um “bloquinho”, como chamamos aqui, na Casa. De uma maneira, está num “bloquinho”; e de outra, está num independente. Eu não posso fazer isso, porque seria uma incongruência por parte da Mesa.

O Sr. Fernando Torres:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Fernando Torres.

O Sr. Fernando Torres:- Farei o comunicado. E o deputado Jurandy Oliveira, com quem estivemos há 5 minutos, afirmou que está no PRTB. Inclusive, está numa briga pessoal com o presidente do PRTB, como eu também. Ele está no PRTB, e afirmou isso.

O deputado Jurandy Oliveira está compondo com o PRTB, juntamente comigo. E faremos parte dessa bancada independente aqui, na Casa.

O deputado Jurandy Oliveira disse que está no PRTB e não tem motivo algum para mentir, para dizer que está em um partido e não estar. Ele tem uma certidão do cartório de Ipirá, como disse muito bem o deputado Elmar Nascimento, que mostra que pertence ao PRTB.

Farei o comunicado a V.Ex^a. E o PRTB estará junto com o PR numa bancada independente aqui, na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, desde que chegamos a esta Casa que o deputado Jurandy Oliveira, segundo informações da Secretaria, está no PDT. Ele faça um ofício apenas, dizendo que está no PRTB, e o assunto está encerrado.

Não posso considerar, a partir de informações de terceiros, que o deputado agora está no PRTB, pois desde o início ele oficializou que estava no PDT. Essa é a decisão. V.Ex^a envia o ofício, já que o senhor, para a Casa, é o único do PRTB, e eu mando publicar; e quando o deputado Jurandy Oliveira informar que é do PRTB, também mando publicar.

V.Ex^a sabe que o PDT tem três deputados. E oficialmente ele está no PDT, de acordo com informações que temos da Secretaria da Mesa. Se o parlamentar mudou, não mudou, se vai ou não, é problema dele. A Presidência não interfere, ele apenas tem de informar oficialmente onde se encontra...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente Marcelo Nilo, eu gostaria, se V.Ex^a me permite, de dar uma sugestão. O deputado Elmar está me mostrando as assinaturas dos dois parlamentares se filiando. Esta Casa aqui pertence aos 63 deputados, poderíamos até submeter à Procuradoria deste Poder. Na medida em que um deputado assina dizendo que está filiando-se, considero que temos de acatar a decisão que ele tomou, seja qual for. Até porque se houver uma filiação errada, a responsabilidade também é do deputado. E lembremos de que a composição das comissões da Casa decorre dos Blocos que pertencem a um grupo ou a outro.

A minha sugestão a V.Ex^a seria no sentido – já que há assinaturas, como o deputado Elmar Nascimento está me dizendo, e temos de confiar no deputado – de ouvir. Se for o caso, depois se pede uma documentação complementar para que ele encaminhe à Mesa. Essa é a minha sugestão, se V.Ex^a me permite.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é um negócio tão fácil. Oficialmente, o PDT tem três deputados; para a Casa, é o que vale. Um deputado não pode sair individualmente para outro Bloco se não tiver a maioria.

O deputado Jurandy Oliveira tem duas alternativas para ir para o Bloco Independente. Comunicar que está no PRTB e dizer que está indo. Agora, enquanto ele estiver no PDT, ele não poderá sair do Bloco, porque um Bloco sai como tal. Essa é a decisão da Mesa.

O Sr. Gildásio Pendo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Gildásio, último orador sobre esse assunto.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- É só para esclarecer. Acho que ficou evidente a posição do deputado Fernando Torres, ele já colocou de forma clara que está pedindo a desfiliação do Bloco da Maioria. Acho que, independentemente de ter de comunicar ao Bloco, na hora que o parlamentar informa que saiu do Bloco, já está resolvida a publicação.

Estivemos há pouco com o deputado Jurandy Oliveira. De fato a informação é essa, e ele deve, evidentemente, fazer essa correção. Mas a força de sua decisão de manifestar de forma muito clara o desejo de sair Bloco da Maioria por si só resolve a questão.

Portanto, V.Ex^a deverá publicar no Diário Oficial, dando formalidade legal aos atos encaminhados há pouco à Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, apenas quis ser gentil com os dois parlamentares para não indeferir um pedido, porque o deputado Elmar acha que quer publicar, e a Presidência tem de deferir ou indeferir. Um deputado sozinho não pode sair de um Bloco para outro se tiver em um partido com mais dois deputados. Por isso que existe a necessidade de deferir ou indeferir, é um negócio óbvio.

O deputado Fernando Torres faz um ofício, até numa deferência ao Líder dele, deputado Euclides Fernandes, e aí mandaremos ao setor de pessoal, que vai fazer um novo cálculo nos cargos. V.Ex^a sabe que esses cargos decorrem da quantidade de deputados; enfim, vai para o setor de pessoal a informação do próprio parlamentar.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Presidente Marcelo Nilo, primeiro, quero concordar com V.Ex^a. O senhor está decidindo corretamente. A situação do deputado Fernando Torres é clara, tendo em vista que ele, que é do PRTB, solicita o desligamento, e assim é automaticamente desligado. Se existem parlamentares de outros partidos com mais de um deputado, obviamente a maioria é que decide.

Agora, já que o senhor suscitou essa dúvida com relação a parlamentares que porventura estejam em um ou outro partido, quero saber o seguinte: o que é que vale para V.Ex^a? É o que está escrito na Secretaria Geral da Mesa, com o partido ao qual o deputado

é filiado ou a certidão do cartório eleitoral que informa que o deputado fulano de tal é filiado ao partido A ou ao partido B. É sobre isso que eu quero saber. O que vai valer para a decisão de V.Ex^a?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vai valer a decisão do deputado. Ele me informa que vai para tal partido, para a Casa vale. Se V. Ex^a mandar uma certidão, eu vou perguntar ao deputado. V.Ex^a sabe que tivemos aqui o caso do deputado Pedro Alcântara, que ganhou na Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, e a palavra dele é que valeu.

O Sr. Paulo Azi:-Presidente, quero saber se V.Ex^a vai negar a autenticidade da certidão da Justiça Eleitoral ou vai atender a sua autenticidade? É essa a pergunta que lhe faço. O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se o deputado X informa que está indo para o partido Y e V. Ex^a ou qualquer parlamentar envia do cartório para mim uma certidão, eu pergunto ao deputado e depois da resposta enviarei para a procuradoria jurídica. Já existe, deputado Paulo Azi, jurisprudência no Tribunal Superior Eleitoral, com relação ao caso do deputado Pedro Alcântara; ele passou aqui seis meses dizendo que estava em um partido, mas na realidade estava em outro, e a palavra do deputado Pedro Alcântara é que valeu para a justiça eleitoral. Por já existir jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, a palavra do deputado na Casa é que vale. Agora, se V.Ex^a informar que há um deputado que está no partido X e vem com um papel do cartório no partido Y, é óbvio que serei obrigado a acatar o cartório, mas eu terei uma deferência ao deputado e perguntarei, mas é obvio que a decisão é do Tribunal Regional Eleitoral.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pedro Alcântara, encerrando para que possamos prosseguir.

O Sr. Pedro Alcântara:- É só para explicar, presidente. V.Ex^a lembra que o caso foi polêmico. Vou explicar rapidamente o que ocorreu. Fui convidado pelo governador César Borges para ser o Líder da Bancada do Governo e da Maioria nesta Casa; ele sugeriu que eu fosse para o PFL, tendo em vista que era uma bancada maior que a nossa do PL. Eu comuniquei à Casa que eu estava saindo do PL para filiar-me ao PFL. Mandeí o documento para o presidente do PFL, em Juazeiro, pedindo a minha desfiliação, mas ele não fez nada. Engavetou o processo e esqueceu, e eu pensando que o processo andou. Quando fui fazer minha inscrição para candidatar-me a deputado percebi que eu não estava no PFL, coisa nenhuma, mas no PL, Sr. Presidente.

Por um erro de interpretação do TRE deu empate de 3 a 3, e o presidente deu voto de minerva contra mim. Recorri ao Tribunal Superior Eleitoral. No TSE, o meu advogado pediu que o relator lesse apenas uma pagina do processo em que dizia que eu estava filiado ao PR há 16 anos e que não tinha filiação em outro partido. Eu ganhei de 7 a 0 no TSE.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado Gaban. Gostaria que V.Ex^a fosse o último.

O Sr. Gaban:- Para finalizar a discussão, quero dizer que o deputado Jurandy Oliveira ligou para mim nesse instante dizendo que estava se deslocando do cartório eleitoral. Ele pediu que eu relatasse a V.Ex^a que está no PRTB e vai trazer essa certidão para a Casa, no sentido de regularizar essa situação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele não precisa nem trazer do cartório. Precisa apenas de um ofício dizendo que está no PRTB.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PCdoB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, o nobre deputado Álvaro Gomes falará pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 10 minutos.

ÁLVARO GOMES:- Vamos aguardar aí, ver o partido dos parlamentares, porque há uma dúvida muito grande. Agora, V. Ex^a, Sr. Presidente deputado Marcelo Nilo, está corretíssimo, já que foi informado que o deputado é de um partido. Ponto. Vale a palavra do deputado. Se, agora, ele está em outro partido ou se antes estava em outro partido, tem que informar. É muito simples, é só fazer um ofício e informar em que partido se encontra hoje. Não há problema algum. Então, vamos torcer para que os parlamentares definam o seu partido, a fim de que tenhamos clareza de que partido qualquer um pertence.

Mas, neste momento, quero falar mais uma vez sobre a alta lucratividade do sistema financeiro. O Bradesco registrou no primeiro semestre o lucro líquido de 4 bilhões e 105 milhões de reais. O Itaú, por outro lado, também registrou nesse mesmo período um lucro líquido de 4 bilhões e 84 milhões de reais. Portanto, observamos que o segmento financeiro ainda continua obtendo altos lucros.

Observamos que esse segmento tem provocado sérios prejuízos à sociedade, na medida em que contribui para a exclusão social e para que haja uma maior concentração de renda. Por isso, queremos registrar que esse segmento continua sendo privilegiado e precisa ser responsabilizado.

Na realidade, os bancos precisam oferecer um melhor serviço à população, precisam atender melhor à clientela. Observamos que os bancos já cobrem a folha de pagamento apenas com as tarifas que são cobradas dos clientes, apenas com as tarifas os bancos já cobrem a folha de pagamento. Não podemos admitir isso. É uma lucratividade escandalosa, é o segmento mais beneficiado da nossa economia. Esse segmento precisa pagar mais Imposto de Renda, atender melhor à população, investir na atividade produtiva, para que haja geração de emprego e desenvolvimento no nosso País, no nosso Estado e nas nossas cidades.

Quero registrar que apresentei vários projetos buscando amenizar essa situação, com relação à cobrança de tarifas bancárias, ao atendimento público de qualidade, um atendimento rápido e eficiente.

O nosso projeto, que tramita nesta Assembléia Legislativa, do tempo máximo de atendimento bancário de 15 minutos, lei que já é municipal, já é realidade em diversos municípios do Brasil, surgiu da nossa luta no Sindicato dos Bancários, transformado inicialmente em projeto de lei pelo vereador, à época, Daniel Almeida, hoje, deputado federal. É lei em Salvador, em vários municípios do Brasil e em alguns estados, como em Minas Gerais. Esse projeto de lei tramita nesta Casa e espero que seja aprovado o mais rápido possível.

Também apresentei outros projetos. Não podemos em hipótese alguma admitir que as operações realizadas via Internet sejam cobradas, assim também como os serviços que são realizados no auto-atendimento, e o cliente também tem que pagar. Na realidade, o cliente termina fazendo o trabalho e tendo que pagar por isso. O cliente enfrenta um fila, vai se deparar com uma máquina, faz as suas operações bancárias e ainda tem que pagar por isso. Não podemos concordar com isso.

Hoje os bancários estão sendo uma categoria bastante prejudicada. Ocorreu a redução do número de bancários que eram aproximadamente 800 mil e, hoje, são apenas 400 mil. Agora, podemos fazer uma pergunta: os serviços bancários diminuíram? Evidentemente, não. Os serviços bancários aumentaram. O que houve foi uma precarização das condições de trabalho. O que houve foi um excesso na jornada de trabalho. O que houve foi um processo de terceirização e o desvio da função dos bancários.

Hoje observamos vários trabalhadores fazendo serviços bancários e não são reconhecidos como bancários. ? mais de um milhão de trabalhadores que fazem os serviços bancários, mas não são reconhecidos como bancários.

Por isso queremos aqui registrar a nossa indignação com esse segmento financeiro que sempre vem sendo beneficiado. O segmento financeiro sempre vem aumentando a sua lucratividade, enquanto isso a população vem sofrendo as conseqüências e os prejuízos.

Os nossos projetos de lei na Assembléia Legislativa têm como objetivo melhorar essa situação. Apresentamos aqui um projeto de lei para que durante o horário de funcionamento do auto-atendimento os bancos sejam obrigados a colocar funcionários e segurança. Esse é um projeto para melhorar o atendimento bancário, para dar segurança aos clientes, para melhorar a situação da nossa população. Está no projeto que os bancos também devem colocar sistema de segurança em toda unidade do Estado, como, por exemplo, as portas giratórias, para diminuir o número de assaltos e a violência em nosso Estado.

Queremos aqui registrar essa alta lucratividade do sistema financeiro, é uma lucratividade que prejudica a população. O governo Lula tem desenvolvido um bom trabalho, tem feito uma administração exemplar, beneficiando a população com programas sociais, reduzindo as desigualdades sociais, o desemprego, mas precisa atacar o sistema financeiro aumentando imposto e obrigando os bancos a atenderem melhor a população para que se possa melhorar a situação de vida da população e construir uma sociedade com justiça social.

Queria aqui fazer esse registro sobre o sistema financeiro e dizer-lhes que os projetos que tramitam aqui precisam ser apreciados nas comissões, votados e apreciados no Plenário. São projetos que vão beneficiar toda a população, será o fim das cobranças abusivas. Os bancos hoje cobram taxas absurdas para todos os serviços prestados e com isso aumentam o seu império, o seu patrimônio. E não podemos, em hipótese alguma, concordar com isso. A implementação das portas giratórias irá oferecer mais segurança à população do nosso Estado? Necessário que os bancos atendam aos requisitos de segurança para diminuir a violência e os assaltos a bancos e a clientes.

Queremos e estamos fazendo esse esforço para que esses projetos sejam aprovados aqui e se possa melhorar a situação de vida da nossa população. O sistema financeiro não pode continuar impune, não pode continuar sendo o segmento mais privilegiado, ele tem que dar a sua contribuição. Preciso mecanismos que venham beneficiar toda a nossa população. E um deles é aumentar, por exemplo, o impostos para os bancos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PMN pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, por acordo de liderança, o tempo que será utilizado agora é do PTN e, depois, o tempo do PMN.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Pelo tempo do PTN falará o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} deputadas, Srs. Deputados, o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, ontem trouxe a esta Casa – acho que na pressa, sem muitos critérios, o que não é costume do deputado Waldenor, que sempre buscou nas estatísticas apresentar... E agora, como Líder, mas em outros tempos sempre se espelhou nas estatísticas – informações mais para confundir do que para informar a população baiana. Vejamos: o Líder quis comparar o período de seis meses do governo Paulo Souto, ou seja, de de janeiro a junho de 2004, com o período de seis meses do governo Jaques Wagner de janeiro de 2008 até junho de 2008.

Primeiro, é uma comparação um pouco complicada, dar um corte temporal para comparar em vez de períodos seguidos, ou seja, dois anos do governo Paulo Souto com dois anos do governo Jaques Wagner, e não pegar seis meses de um e de outro. Apenas por quê? Porque nas estatísticas do deputado – e nós não sabemos onde ele as buscou, se são oficiais ou não, pois ele não nos informou – mostrando que nesse período de seis meses de 2004 e seis meses de de 2008 os número são mais ou menos semelhantes.

O Sr. Jurandy Oliveira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Com o aparte o deputado Jurandy Oliveira.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Agradeço, deputado Clóvis, a oportunidade que V.Ex^a nos permite, mas quero comunicar a esta Casa e à Presidência que acabei de dar entrada no

seguinte ofício dirigido ao Sr. Presidente: “Venho, por meio deste, ratificar a esta Egrégia Casa Legislativa que pertenço à Agremiação Partidária do PRTB, para efeitos legais e de efeito.”

Então, estamos comunicando que somos filiados ao PRTB e que estamos fazendo parte dessa nova posição tomada na Casa. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Acatado o requerimento do deputado Jurandy Oliveira que será encaminhado à Secretaria da Mesa.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Pois bem, Sr. Presidente. Srs. Deputados, nessa comparação, o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, acho que no primeiro dia do segundo semestre da 16ª Legislatura, quis confundir a opinião pública da Bahia, mostrando números que não são reais, apenas para dizer que nesse período o que o governo Paulo Souto fez em termos orçamentários foi mais ou menos semelhante ao governo Jaques Wagner, variando os percentuais. Por exemplo: total atualizado do Orçamento: R\$ 14, 130 bilhões e no governo Jaques Wagner R\$ 19, 524 bilhões. Em termos percentuais, o que foi realizado do Orçamento – Despesas correntes realizadas: 47% de Paulo Souto e 51% de Jaques Wagner; Despesas correntes líquidas: 42% de Paulo Souto e 45% de Jaques Wagner; Investimentos: 16,95% no governo de Paulo Souto e 14,71 no de Jaques Wagner; Dívida consolidada líquida: R\$ 12,34 bilhões no de Paulo Souto e R\$8,99 bilhões no de Jaques Wagner.

Esses números não querem dizer nada, porque é um corte no tempo de apenas seis meses! Acho que foi uma infelicidade do Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, porque, primeiro, não se pode fazer esse tipo de comparação estatística, que confunde. Segundo: há a falta de credibilidade, porque não diz qual é a fonte. Então, fica a pergunta.

É que o governo Jaques Wagner tem apresentado ao longo destes dois anos, praticamente, estatísticas inverídicas para a população baiana. Por exemplo, a propaganda inicial em 2007 diz que o governo realizou recuperação de 5 mil quilômetros de estradas no Estado da Bahia. Cinco mil quilômetros, deputado Gildásio Penedo, nobre Líder da Minoria! Mas agora nessa nova propaganda ele disse que foram apenas mil quilômetros! Onde é que está a verdade, é nos cinco mil quilômetros ou nos mil quilômetros? Estamos querendo saber onde está a verdade.

Como acreditar num governo que anunciou a melhoria da saúde? Está anunciando aí, a propaganda inicial dizia que estava construindo o hospital no subúrbio e que houve melhoria significativa na saúde. Nós desafiamos! O hospital do subúrbio ainda não tem nem terreno, deputado Zé Nunes, para que seja construído, mas o governo anunciou a sua construção! O Hospital da Criança de Feira de Santana foi anunciado como construído, e onde está essa construção?

Bom, como acreditar no governo que na sua publicidade fala da melhoria da vida das pessoas de Salvador principalmente por causa da construção da via portuária? Ora, passem os senhores! Essa via portuária só existe em projeto. Nem a licitação foi feita, até porque o tema está sendo questionado pelo Tribunal de Contas! Nem a licitação foi feita! Então, como é que a população baiana vai acreditar nisso?!

Como acreditar no governo que lança um portal chamado Transp@rência Bahia onde aparecem valores dispersos de aplicações em obras, serviços, etc, como é o caso do turismo? Questionamos os empreendimentos turísticos que o governador Jaques Wagner trouxe para a Bahia. Onde estão eles? Nesse portal se apresentam gastos em diversos setores, como no turismo, nos investimentos. Sobre esses empreendimentos, nada disso tem neste portal, o Transp@rência Bahia. Agora, se se quer chegar a um número claro, verdadeiro, então vamos lá: o total do percentual de investimentos próprios em 2005, 2006, 2007 e até junho de 2008. Aí sim, houve um investimento de 1,009 bilhão de reais, totalizando 7,4% do Orçamento. Em 2006 foram 1,46 bilhões investidos, o que corresponde a 6,6% do Orçamento.

Aí vem o governo Wagner e diz que a arrecadação aumentou. Mas o investimento caiu 805 milhões, e houve o aumento da arrecadação. O próprio secretário da Fazenda aqui esteve, mostrou todos esses dados, mas ele próprio disse na época que - nós querendo saber por que a gestão de Jaques Wagner não está investindo - o governo também tem a obrigação de guardar dinheiro. Ora, não entendemos essa colocação do Secretário da Fazenda, ele disse aqui quando apresentou os dados: guardar dinheiro. Mas guardar como? Guardar e deixar a população sem saúde, sem educação, sem segurança pública?

Portanto, Sr. Presidente, o que queremos aqui e eu já desafiei o Líder deputado Waldenor Pereira, que sempre está falando aqui nos indicadores sociais que não melhoraram nos governos de Paulo Souto, Antônio Carlos Magalhães e César Borges, mas sempre desafiei aqui o deputado para trazer os números mostrando que todos os indicadores sociais não melhoraram nesse período de 16 anos de governo do nosso grupo político.

Agora desafio aqui, deputado Waldenor Pereira, V. Ex^a a dizer aqui quais os hospitais começados e inaugurados no governo Jaques Wagner; quais foram as indústrias foram começadas e inauguradas no governo Jaques Wagner. A Toyota que disse que viria não vem mais e agora a Fiat está procurando um Estado para colocar uma indústria automobilística, a segunda, porque tem um pólo automobilístico da Fiat em Minas Gerais. E a Bahia vai ficar de fora mais uma vez? A Toyota que viria para a Bahia não veio, foi para São Paulo.

Na área do turismo queremos saber quais foram os empreendimentos turísticos trazidos pelo governo Jaques Wagner. O governador Paulo Souto trouxe diversos empreendimentos turísticos e inaugurou esses empreendimentos, trouxe diversas indústrias a exemplo das pneumáticas: da firestone, da continente, da bridgestone, e inaugurou. Está aí a indústria automobilística, a Ford, trazida pelo governo César Borges e que teve a ajuda de Paulo Souto, enfim, são todos esses empreendimentos, as indústrias calçadistas inauguradas em diversos municípios do Estado da Bahia gerando milhares de empregos no interior do Estado com a desconcentração industrial, tirando muitas indústrias da região metropolitana e levando para o interior, gerando emprego e renda.

Então gostaria de desafiar o deputado Waldenor Pereira a nos mostrar as obras começadas e inauguradas no governo Jaques Wagner, é isso que queremos saber. Sabemos que inaugurou algumas, mas todas iniciadas no governo Paulo Souto.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o Líder Maioria, do governo ou representante do PMN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, os deputados da Oposição quando apresentamos dados de fontes fidedignas ficam inquietos. É o caso hoje do deputado Clóvis Ferraz, que após a nossa apresentação no dia de ontem, de dados relativos a execução orçamentária do governo Paulo Souto no primeiro semestre do segundo ano, comparados com os do primeiro semestre do segundo ano do governo Jaques Wagner, onde apresentamos dados e informações que apontam que o nosso governo, o governo Jaques Wagner executou mais do que o governo Paulo Souto, ele fica nervoso e inquieto, porque até o final do semestre legislativo anterior as informações que aqui foram prestadas, inclusive pelo Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo Filho, especialmente, eram que o governo Jaques Wagner não executava o Orçamento, que havia uma apresentação de dados apontando uma baixa execução orçamentária, aliás, valendo-se da transparência do nosso governo, já que eles têm acesso a todas as informações através do Sicof.

Mas, quando se compara a execução orçamentária do nosso governo com a do de Paulo Souto, nós executamos mais. Esse é o motivo da inquietação deles. E já havíamos informado à imprensa - e é bom que a imprensa esteja aqui presente - que em qualquer governo de qualquer unidade da Federação, no primeiro semestre, de qualquer ano, executa-se menos que no segundo semestre, principalmente no que diz respeito à realização de investimentos. Por que isso? Fechamento de balanço, prestação de contas, abertura do sistema contábil do governo, realização de licitações, que demanda um tempo, publicação de edital, abertura de concursos, determinação de prazos para recursos etc. Ou seja, em qualquer governo, o primeiro semestre representa um período de baixa execução orçamentária.

Mas a Oposição, valendo-se de informações até aquele momento não refutadas, não contestadas, como se diz no popular, deitou e rolou no final do semestre anterior, deputado Álvaro, com informações que, quando confrontadas, cotejadas com a fonte fidedigna da Secretaria da Fazenda, são jogadas por água abaixo e revelam que, na verdade, toda aquela contundência, todo aquele fulgor representaram bravata, nada mais do que bravata, deputado Clóvis Ferraz, porque os dados são inquestionáveis.

Estou disponibilizando esse dados para V.Ex^a, já os disponibilizei ontem para o deputado Herald Rocha, dei uma cópia para ele mostrando que o nosso governo, o governo Jaques Wagner, em período equivalente ao do governo Paulo Souto, executou mais do

que este governo. Aqui estão os dados: em Segurança Pública – item que tem sido alvo de críticas – o governo Paulo Souto realizou 40%, de um orçamento de R\$ 14 bilhões, de janeiro a junho de 2004; e o nosso governo realizou 42,52%, de um orçamento de 19 bilhões e 524 milhões de reais; na Saúde – que tem sido também outra temática alvo de muitas críticas - o governo Paulo Souto realizou 40,91%; o nosso governo, 43,28%. Estou falando de percentuais em termos relativos, porque, em termos absolutos, considerando que o orçamento foi muito maior, naturalmente realizamos muito mais.

Claro, reconheço a inflação, todavia o crescimento do Orçamento - e vou provar a V. Ex^a - foi superior à inflação do período. Aumentamos de R\$14.130.000.000,00, que foi o orçamento de vocês em 2004, para R\$19.524.000.000,00, que é o nosso em 2008. É só calcular a inflação do período para se ver que nosso Orçamento cresceu muito mais do que a correção monetária.

Vejamos a Educação, na qual o governo de V. Ex^a, o segundo governo de Paulo Souto, no primeiro semestre, realizou 37,88%; e o nosso governo, 41,84%.

Agora, vejamos as funções de disparidades maiores. Em Habitação, o governo Paulo Souto realizou 12,65%; o nosso governo, 32,14%, ou seja, três vezes mais, num Estado que tem um deficit habitacional do País.

O nosso governo...

O Sr. Clóvis Ferraz:- Um aparte, deputado.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está inscrito, deputado.

(...) realizou 32%. O governo Paulo Souto executou 12%.

Organização agrária. O governo Paulo Souto realizou 4%; o nosso governo realizou 16,80%, 4 vezes mais.

Portanto, contra fatos não há argumentos, deputado Clóvis. Sinto muito se os dados que apresento são desoladores para V.Ex^a. Sinto-me contente em apresentar dados que para nós são motivadores, porque revelam que o nosso governo, em período equivalente ao governo de V.Ex^a, primeiro semestre do 2º ano de governo, proporcionalmente, relativamente, investiu, executou mais do que o governo de V.Ex^a.

Estamos apresentando um dado com grande honestidade no que diz respeito a investimentos, no que o deputado Gildásio bateu tanto aqui, bateu com vontade. O governo de V.Ex^as realizou 16%, nós realizamos 14%. Realizamos 2 pontos percentuais menos do que V.Ex^as, só que o nosso é um governo novo, o de V.Ex^as era um governo de continuidade, já de várias gestões. Então, 2 pontos percentuais de diferença é perfeitamente compatível do ponto de vista de investimentos.

Quando o deputado Gildásio, por diversas vezes, usou a tribuna aqui, parecia que o governo Paulo Souto havia realizado 50% e nós só 15%. Mas, não! Realizamos, executamos, orçamentalmente, o mesmo percentual do governo Paulo Souto.

Portanto, é muito importante que o parlamentar utilize as informações fidedignas que a nossa Secretaria da Fazenda está disponibilizando – até porque, agora, com a senha disponibilizada, com o acesso fácil e tranqüilo ao SicoF, os colegas deputados oposicionistas estão tendo a oportunidade de acesso farto às contas públicas – para que a população baiana, a população que nos acompanha pela televisão, possa, de fato, fazer um comparativo de qualidade. Até porque quando se coteja, compara, estabelece um comparativo entre a execução orçamentária de um governo e de outro, vê-se que o nosso governo executou muito mais.

Está claro aqui, o nosso governo executou quase 52%, e o governo anterior, 47%. Esta é a realidade, os dados estão aqui. Quem quiser contestar os dados, não há problema, pode apresentar as contestações se houver algum equívoco, mas são dados oficiais apresentados pela Secretaria da Fazenda.

Portanto, iniciamos este período legislativo comemorando de fato, deputado, os tantos investimentos que o nosso governo vem realizando, comemorando a execução orçamentária superior ao governo que V.Ex^a apoiou e do qual foi líder, sendo depois presidente desta Casa.

Esperamos que nas próximas oportunidades a Oposição se utilize de informações fidedignas para que o debate de conteúdo, de fato, desenvolva-se no Plenário desta Casa, porque é desejo da população baiana ouvir fontes que, de fato, sejam verdadeiras, reais.

Para concluir, Sr. Presidente, com sua tolerância.

Quero, mais uma vez, fazer a discriminação e prestar as informações a respeito dessa execução orçamentária que, comprovadamente, em nosso governo foi superior à do governo Paulo Souto em períodos equivalentes, primeiro período do 2º ano de governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PRTB/PSC para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Sérgio Passos, indico o nobre colega, deputado Bira Coroa, para fazer uso dos 8 minutos destinados ao PDT/PRTB/PSC.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Bira Coroa pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Servidores, Srs. da Imprensa, faço uso da palavra, em primeiro lugar, para fazer uma saudação a todos os nobres deputados e deputadas pelo retorno às atividades legislativas após o recesso. Ao fazer essa saudação, devo dizer que considero este um momento importante desta Casa, quando o País inteiro se volta para as eleições municipais. Sem sombra de dúvi-

da, esta Assembléia tem um papel muito importante na condução e no ajuste da política do Estado, que reflete diretamente nas ações do governo em cada município.

E aproveito este momento para destacar o que vem ocorrendo em Camaçari durante a gestão do prefeito Luiz Carlos Caetano, tendo em vista que o município, só neste ano, recebeu três prêmios por excelência de gestão.

A administração de Camaçari foi apontada como a melhor gestão do Estado, ficando entre as 20 melhores do País. Esse fato é um ganho para a Bahia e, acima de tudo, para o Partido dos Trabalhadores, haja vista que reflete uma ação alinhada ao projeto político dos governos federal e estadual.

Não é à toa que Camaçari tem agora a maior redução do desemprego, o que vem se somando a uma política acertada de enfrentamento à violência. Nesse sentido, por exemplo, foi montado lá, há pouco mais de 1 mês, um sistema de monitoramento em toda a cidade, composto por 26 câmaras. Essa iniciativa vem reduzindo significativamente a violência; basta dizer que diminuiu o número de roubo de carros, de assaltos e de pequenos furtos no centro comercial da cidade e também contribuiu para o combate ao narcotráfico.

Além dessa ação importante, há também a participação do governo do Estado com as novas viaturas encaminhadas e a implantação da Polícia Especial da Caatinga, que vem desenvolvendo um bom trabalho em Camaçari. E tudo isso vem dando resultado, com a redução, num espaço muito curto de tempo, da violência naquele município.

E também temos resultados positivos na área da saúde, já que Camaçari consegue, hoje, atender, além do município, toda a circunvizinhança, recebendo doentes oriundos até mesmo de outros Estados. E tudo isso é o resultado positivo da ação da saúde pública municipal, que está correspondendo aos anseios da comunidade.

O mesmo vem acontecendo na educação e no enfrentamento das desigualdades sociais. Basta dizer que quando o prefeito Luiz Carlos Caetano recebeu a administração municipal das mãos ex-gestor, Camaçari tinha apenas 2.200 bolsas-família. Hoje, o município está atendendo a quase 17 mil bolsas-família, refletindo assim a positividade do governo federal nas políticas sociais, como também na ação do governo municipal que, para atender a toda parcela da sociedade necessitada, já que essa cota é o limite máximo a que o município tem direito, dentro da ação do governo federal, criou através de lei mais 5 mil bolsas-família municipais, com recursos do município, lei aprovada na Câmara Municipal. E a partir do mês de outubro, após as eleições, essas bolsas irão contemplar mais 5 mil famílias, mostrando assim o compromisso da ação social.

Sem deixar de destacar aqui o maior projeto de integração e de combate às desigualdades que a Bahia e o país conhecem hoje, que é a Cidade do Saber: um complexo que reúne as ações educacionais, culturais, esportivas e da integração social, atendendo, assim, num espaço de pouco mais de um ano, mais de 12 mil pessoas que já passaram pela Cidade do Saber em uma das suas atividades; sem contar também que hoje, na Cidade do Saber, tem mais de 4 mil pessoas atuando em uma das ações sociais, como atividades esportivas, atividades culturais, dentre outras; conseqüentemente, é um dos maiores instrumentos que o

município tem hoje, que não apenas referenda um cartão postal da Cidade de Camaçari, dentro de outras ações, como a de reestruturação, já que os governos passados sequer tiveram o compromisso de planejar a cidade, deixar um plano de gestão, prevendo seu crescimento e desenvolvimento, o que ora reflete nas crises sociais que o prefeito Caetano tem enfrentado com responsabilidade, com compromisso, dando respostas afirmativas e positivas à sociedade de Camaçari.

É por isso que o município de Camaçari tem-se destacado com uma das melhores gestões do Estado, não se podendo perder de vista que com essas ações, com essa linha de intervenção e com um projeto alinhado no grau de compromisso que tem tido o governo Caetano, sem dúvida alguma, o povo de Camaçari, mais uma vez, irá levar Caetano de volta a gerir esse município por mais quatro anos.

É assim que o governo Caetano tem enfrentado a administração, com transparência, responsabilidade e compromisso, sem oposição nessa gestão, na disputa eleitoral desse ano, saudando assim como um dos municípios que pode ser usado como referência de uma administração, uma Frente Popular conduzida pelo Partido dos Trabalhadores que, sem dúvida alguma, é mais uma das boas referências para ser dada ao Brasil, com origem na Bahia e, conseqüentemente, na Região Metropolitana.

Por isso, quero encerrar, Sr. Presidente, parabenizando mais uma vez o prefeito Luiz Carlos Caetano por estar dando a Camaçari e à Bahia um exemplo de gestão transparente, responsável e comprometida com o seu povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PR/PSB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, eu falarei por 4 minutos e o deputado Gildásio Penedo Filho por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje à tarde, não tenho dúvida nenhuma, torna-se uma tarde memorável para esta Assembléia Legislativa. Oito deputados que compunham a base do governo passam a integrar um bloco independente, agindo de forma sincronizada com o Bloco Independente do PP/PRB, também conversando, tendo bastante diálogo com a Oposição e a partir desse instante, no momento em que o que é a vontade das urnas e do eleitor se transforma na realidade, porquanto quis um parlamento mais equilibrado. Estaremos, diferentes de quando éramos oposição, dispostos a viver um novo tempo, de diálogo, aqui nesta Casa.

O que não vai haver e não poderia de forma nenhuma, é truculência e arrogância. Mas, estamos dispostos a dialogar. Diferente da oposição do passado, nobre deputado Gildásio Penedo, aliás, já tem tido um comportamento diferente, aqui. É claro que o Líder do governo não vai mais poder marcar a pauta de votação na Casa. Não tem maioria para isso. Mas, estamos dispostos a conversar, reunir os dois líderes do bloco independente, eu e o deputado Roberto Muniz, V.Ex^a, deputado Gildásio Penedo, que representa a Oposição e o Líder do Governo, para sentarmos e acertar uma pauta de votações propositivas para esta Casa e para o Estado.

Tudo que for bom, importante para a Bahia, vamos votar a favor. Agora, é claro que os projetos que não forem importantes não terão a nossa boa vontade, infelizmente, terão que ser rejeitados. Quero dizer que o governo tem que entender, a partir de hoje, que o momento é novo, o momento agora é do diálogo e não nos negamos a dialogar. Queremos ser tratados com respeito. Não vai haver a cooptação de bloco nem de parlamentar.

Mas, estamos dispostos a dialogar em nome da melhoria do nosso estado, dos municípios que representamos. E para isso, basta apenas que o governo veja com boa vontade, por exemplo, a execução e cumprimento do acordo feito com relação ao orçamento do estado, que as emendas parlamentares que foram negociadas e acatadas sejam executadas, sejam elas de deputado do governo, sejam elas de deputado da oposição e o governo assim procedendo, terá nossa boa vontade.

O que queremos é que a condição da segurança pública melhore, a condição da educação, da saúde do nosso povo. Creio que com esta movimentação política que nesse instante fazem 8 deputados que compunham até hoje, a base parlamentar do Governo, nesta Casa, ganha o Poder Legislativo que a partir de hoje, vai ser valorizado. O governo terá que manter um canal aberto e permanente de conversação e de negociação e já há, deputado Gildásio, algumas bandeiras que precisamos trazer para discutir.

A questão da votação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário. Esta é uma bandeira nossa, é um compromisso, é importante e é um compromisso do governador, que sei que vai ser cumprido e mais agora, que vamos exigir a votação deste projeto. A questão que coloquei aqui mais cedo dos matadouros, que está levando nosso povo do interior a uma situação de dificuldades e precisa ser resolvida. A partir de se resolver essas coisas, o governo terá nossa boa vontade.

Não estamos aqui para atrapalhar o governo, porque queremos o bem da Bahia e dos baianos. Mas, a partir de hoje, vamos ter que fazer uma nova forma, com a compreensão de V.Ex^a, uma nova forma de fazer política. E atribuíram até, uma informação que espero não seja verdadeira, que iam retaliar o PR e hoje está no blog Política Livre, compreender que não é momento mais para retaliação a um parlamentar, quanto mais a um partido. É momento de diálogo.

Vamos resgatar as lideranças partidárias, resgatar o funcionamento disso para que, através do diálogo, possamos avançar com a Bahia e o governo possa colher frutos desse diálogo. Não da intransigência e da ameaça, porque de ameaça não temos medo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo, por até 4 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} deputadas, imprensa presente, galeria, hoje, deputado Clóvis Ferraz, a Assembléia Legislativa vive um momento ímpar. Um governo que, diferentemente do que apregoava no passado, não respeitou a vontade manifesta do eleitor nas urnas do ano de 2006.

Aqui, o eleitorado baiano entendeu de fazer o Sr. Jaques Wagner governador da Bahia, mas também de fazer uma Assembléia Legislativa paritária, deputado Paulo Azi. O eleitor, que é o mandatário no processo eleitoral, o representante legítimo, escolheu fazer uma composição paritária, mas a sanha do governo Jaques Wagner, principalmente do PT, num movimento avassalador de cooptação em cooptação, prometeu céus e fundos aos partidos que compunham a sua base. Já tínhamos denunciado no passado a falta de compromisso deste governo, a falta de manutenção, deputado Paulo Azi, da verdade dos assuntos assumidos, a letargia e a inércia do governo em muitas dessas ações. Hoje, a Assembléia Legislativa resgata aquilo que efetivamente o eleitor baiano fez de forma muito clara que é estabelecer a paridade eleitoral.

Esse gesto importante que o PR fez neste momento de devolver acima de tudo uma gentileza, uma cordialidade, ao partido Democratas culminou numa coincidência de ações: a saída temporária do deputado Tarcízio Pimenta para dedicação exclusiva ao sonho de ser prefeito da principal cidade do interior da Bahia, Feira de Santana, o que permitiu a assunção do deputado Pedro Alcântara. O PR, desde o primeiro momento, tinha compromissos, quando aventou a possibilidade de uma união com o governo, tinha como propósito principal garantir a assunção do deputado Pedro Alcântara como deputado legitimamente constituído.

A principal razão, deputado Paulo Azi, que fez o PR se mobilizar numa tentativa de poder fazer uma aliança com o governo foi possibilitar o retorno do deputado Pedro Alcântara a esta Casa. Meses se passaram, dias, promessas vãs, falaciosas, e a inércia deste governo acabou gerando uma sensação de descrédito em relação ao PR. O Democratas fez a sua parte por entender a necessidade de uma nova reestruturação política na Bahia, de uma nova formação das principais lideranças, de abrir o processo político, abrir o entendimento, que possibilitou tanto ao deputado Márcio Marinho a assunção na Câmara federal, como ao deputado Pedro Alcântara a esta Casa.

Hoje, os deputados Fernando Torres e Jurandy Oliveira juntam-se ao Bloco Independente, o que vai garantir principalmente a paridade nas comissões temáticas desta Casa. A composição atual será o governo com quatro membros, a Oposição com dois e o Bloco Independente, com dois. Portanto, uma nova reestruturação político-partidária nesta Casa.

Não tenha dúvida o governo de que há um sentimento que nos unirá que é o sentimento de ajudar o engrandecimento da Bahia. Se projetos interessantes que tenham como

perspectiva maior ajudar a Bahia e os baianos chegarem a esta Casa, a Oposição ajudará o governo, como vem ajudando, deputado Paulo Azi. Mas se forem projetos que efetivamente não condigam com o sentimento da Bahia, não respeitem, principalmente, o critério de independência nesta Casa, não tenho dúvida de que o Bloco de Oposição, junto com o Bloco Independente, haverá de fazer uma nova correlação de força, dando aquilo que efetivamente é o anseio, o desejo de todos nós: a independência deste Poder, sem a intromissão nociva dos poderes que possam efetivamente contagiar ou contaminar o processo democrático, deputado Elmar Nascimento.

Portanto, temos a alegria de vê-los, de forma ativa, determinada, junto aos deputados do PRTB, do PR e do Bloco de Oposição. Não tenho dúvida também de que em muitos momentos outros partidos haverão de se juntar, dando o seu grito de independência, não aceitando a intromissão que na verdade se torna nociva ao processo democrático. Portanto, a Casa hoje vive um novo momento, acordará e nesse segundo semestre haverá de dar uma nova entonação política eleitoral, fortalecendo a democracia, mas principalmente fortalecendo o processo democrático, fazendo valer aquilo que o povo decidiu nas urnas que é a paridade, a composição por igual, fazendo realçar o princípio democrático.

Portanto, viva este momento, viva a Bahia, mas sobretudo, viva o Poder Legislativo que se mostra ativo e independente e, tenho certeza, que novos rumos haverão de ser tomados de hoje em diante.

Parabéns PR, parabéns PRTB, parabéns principalmente a todos nesta Casa que haverá de ter novos dias com independência, altivez e formalidade processual nesse Poder Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB, PTdoB, PSL, PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Arthur Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra pelo tempo de 9 minutos o deputado Arthur Maia.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, assomo a esta tribuna, meu caro presidente, na tarde de hoje, para tratar de um tema que penso tem que ser uma das pautas deste Poder nesse próximo semestre. Justamente nesse momento a Valec, que é o órgão federal responsável pelas ferrovias federais, começa a desenvolver o projeto da chamada ferrovia Oeste/Leste que vai cortar o Estado da Bahia, vindo lá do Oeste passando pelo Rio São Francisco, passando por Caetité e chegando até o Porto que estará sendo construído na chamada Ponta da Tulha, entre os municípios de Ilhéus e Itacaré, fa-

zendo de fato uma mudança das mais profundas no modo de transporte utilizado até hoje pela economia baiana.

Penso que esta Casa como de resto toda a Bahia, meu caro deputado Luiz de Deus, ainda não está absorvida por esse debate; penso que essa discussão a respeito da ferrovia, a respeito de como vão se dar essas intercessões, chamadas intermoldais, em que a ferrovia se atrela à hidrovia do São Francisco e a outras rodovias importantes do nosso Estado. Não tenho dúvida nenhuma de que essas decisões terão uma repercussão extremamente profunda na economia baiana pelos próximos 50 anos.

Nós, brasileiros, nos acostumamos a dizer que o presidente Juscelino Kubitschek quando do momento da industrialização do Brasil nos anos 50, quando da vinda do setor automotivo para o Brasil na década de 50, tomou uma decisão errada em relação a outros países mais desenvolvidos da Europa, dos Estados Unidos, quando Juscelino Kubitschek fez a opção do transporte brasileiro através das rodovias. É claro que existia uma justificativa para isso. O presidente Juscelino, naquele momento, tinha que cumprir a missão histórica de atrair a indústria automobilística para ao Brasil, a Mercedes Benz, principalmente. E naturalmente que essa atração só aconteceria na medida em que o País demonstrasse com clareza essa opção pelo transporte rodoviário.

Entretanto, essa decisão tomada nos anos 50 não é de forma nenhuma uma decisão irrevogável. O fato de termos rodovias não significa que o transporte de carga no Brasil não seja, no futuro, realizado por ferrovias. Um transporte muito mais barato, muito mais eficiente e que dará à nossa produção, sobretudo à produção agrícola, uma competitividade em nível internacional que hoje nós ainda não temos no que tange a transporte e logística portuária de uma forma geral.

Então ultimamente temos visto algumas ações relevantes do presidente Lula, que já anunciou desde o ano passado, quando se iniciaram e foram apresentadas ao País as obras do PAC, a construção da Ferrovia Transnordestina. E agora aqui na Bahia o governador Jaques Wagner, em parceria com o governo federal, tenta trazer a Ferrovia Oeste-Leste.

São duas obras extremamente significativas que terão para o Nordeste de uma forma geral, mas para a Bahia especificamente, um papel altamente importante. Essa ferrovia só pode ter o sucesso que nós imaginamos se ela estiver concatenada, vinculada a um porto. Já está identificado o local onde será construído esse porto, a chamada Ponta da Tulha, como eu disse no começo, entre os municípios de Ilhéus e Itacaré.

Para se ter uma idéia das alterações que acontecerão na economia baiana nos próximos anos, a deficiência dos nossos portos hoje é tamanha, deputado Heraldo Rocha, que, para que o senhor também tenha uma noção dessa situação, os três portos baianos somados, Ilhéus, Salvador e Aratu, têm capacidade para exportar 12 milhões de toneladas.

Dizem os técnicos da área que fazendo algumas alterações no maquinário, que não são muito custosas do ponto de vista econômico, de dragagem, esses portos poderão atingir uma capacidade de exportação da ordem de 18 milhões de toneladas. Os três portos: o de Ilhéus, o de Salvador e o de Aratu.

Pois bem, imagine V.Ex^a que apenas essa mineração do minério de ferro que está sendo instalada na cidade de Caetité prevê a partir do ano de 2012 a exportação de 25 milhões de toneladas. Só esse empreendimento, que pretende enviar o minério de ferro paletizado através de um mineroduto entre as cidades de Caetité e Ilhéus.

De sorte que definitivamente urge o interesse nosso, desta Casa Legislativa, de todos os setores políticos da Bahia, da Bancada federal, do governador, dos secretários. Então é fundamental que nos debruçemos imediatamente sobre esta questão portuária e logística de estradas e de ferrovias na Bahia, porque a competitividade deste Estado está diretamente vinculada a esta realidade.

Não há de se negar, nós podemos dizer com clareza hoje que o Estado de Pernambuco foi muito mais beneficiado do que nós em relação à Ferrovia Transnordestina. E não apenas ele, mas também o Ceará e os estados do Norte. Isso nas obras do PAC. Portanto, é fundamental que possamos fazer com que essa Ferrovia Oeste-Leste tenha para nós uma resposta, um significado mais profundo para podermos competir nas próximas décadas continuando a ser o Estado economicamente mais importante do Nordeste.

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Um aparte ao deputado Luiz de Deus.

O Sr. Luiz de Deus:- Quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento que faz trazendo a esta Casa um assunto da mais alta relevância para o nosso Estado e o País. Essa Ferrovia Oeste-Leste é de uma importância fundamental. E o porto mais ainda, haja vista que hoje grande parte da soja produzida no Oeste é exportada pelo Porto de Santos. Veja V.Ex^a o trajeto que faz essa soja até chegar ao Porto de Santos. Então essas duas obras são de importância fundamental para o País e para o Estado. Por isso, parabeno V.Ex^a pelo tema importante que traz, neste final de tarde, a esta Casa Legislativa.

O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:- Incorporo, deputado, com muita alegria, o aparte de V.Ex^a, que sempre contribui para esta Casa com pronunciamentos extremamente densos e importantes e, como tem uma vinculação muito estreita com Paulo Afonso, sabe também da importância da hidrovia do São Francisco.

Poucos países, meu caro deputado Clóvis Ferraz, têm um sistema hídrico, um rio com uma posição geográfica tão favorável ao desenvolvimento do Estado como rio São Francisco. Agora, também por intermédio das obras do PAC, está se fazendo a dragagem do trecho que vai de Ibotirama até o Lago de Sobradinho, e isso dará uma maior dimensão à hidrovia. Entretanto a questão portuária no São Francisco também está extremamente deficiente, e esta minha fala é de provocação mesmo, porque acho que é um tema pelo qual todos se interessam, têm vontade de debater, mas é preciso que todos nós deputados tenhamos a capacidade de trazer esse debate para a nossa Casa e que ela possa influir, definitivamente, no projeto da Ferrovia Oeste-Leste, do Porto de Ilhéus e da hidrovia do rio São Francisco e seus portos.

Era isso que eu tinha a dizer nesta tarde, e muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até oito minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Eu próprio falarei por quatro minutos, e o deputado Paulo Azi falará pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luiz Augusto, pelo tempo de até quatro minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse recesso, além de não ser férias, porque é o período em que mais trabalhamos, nele, para V.Ex^a terem uma idéia..., rodei só de carro 16.000 quilômetros, fora o que rodei de ônibus e avião.

Essas viagens é uma tentativa de visitar os amigos, marcar presença nos redutos, pois, já que temos realizado poucas obras, é preciso, pelo menos, marcar presença com os amigos, os vereadores e os candidatos.

Mas deparei-me também com a medida provisória do governo federal relativa à renegociação dos débitos dos agricultores. Estive no Banco do Nordeste para resolver um problema, não meu, mas que, soube, era de alguém da família, e disse: “Não, por que eles não estão resolvendo? Existe a medida provisória e você tem direito!” Aí fui lá, por curiosidade, para ver o que estava ocorrendo.

Não dá para acreditar que o governo federal - e acredito que o presidente Lula quer que se cumpra essa medida provisória se cumpra -, não dá para entender que alguns democratas... diz o Banco do Nordeste que foi o Banco Central que não normatizou...

Não é possível se fazer uma medida provisória, que tem força de lei neste neste País, e os burocratas acharem simplesmente que não se vai cumprir. Será que esse povo não toma jeito de fazer leis apenas no papel, para mostrar a todo o mundo? Será que é um burocrata que tem que mandar mais que o presidente da República?

Gente, tem que acabar isso neste País. As leis, as medidas provisórias são feitas para serem cumpridas; se não, se desmoralizará o presidente.

E os produtores de cacau? Vi, no meu gabinete, uma reportagem dizendo que estão assinando um plano de adesão. Sabe o que significa esse plano de adesão? Não significa outra coisa a não ser que o produtor pode aderir à medida provisória, mas não sabe por que ela ainda não está normatizada!

Não é possível que este País trate as leis, as medidas provisórias do presidente dessa maneira. Não é possível que o Banco Central continue desobedecendo o que manda a lei neste País.

Vou encaminhar pedido aos deputados federais, à Comissão da Agricultura na Câmara dos Deputados e aos senadores para que tomem medidas para que se cumpra a lei. Vai passar o prazo e os produtores não vão ter direito.

O Banco do Nordeste me informou que todos os produtores, para terem direito ao que diz a lei, ao que está na medida provisória, têm que aderir até o mês de agosto. O produtor tem que assinar uma carta, aderindo, só que não sabe ainda o que virá do Banco Central, porque o que está lá não é o que está na lei.

Precisamos tomar uma atitude séria para resolver o problema, para que chegue na ponta... Não adianta fazer lei bonita, e divulgar para todo mundo, para resolver os problemas dos produtores se quando o produtor chega lá, na ponta, não é atendido, é humilhado, passando por mentiroso, pois dizem que isso não foi feito. Ele tem que levar cópia da lei para mostrar aos funcionários do banco que está incluso nela. Mas o funcionário simplesmente diz: “Ah, não. É normativo do Banco Central. Tem que vir lá de cima. A gente não pode fazer nada.”

Se fosse para mandar protestar, para mandar para a Justiça, na mesma hora todos os produtores teriam que responder na Justiça. Isso é uma vergonha neste País.

Precisamos que as decisões sejam cumpridas. Precisamos olhar para isso, precisamos fiscalizar, e isso é também um dever do Legislativo: fiscalizar para que as leis sejam cumpridas neste País e não fiquem apenas no papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Usará da palavra, pelo tempo de até 4 minutos, o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores nas Galerias, quero saudar o companheiro Paulo Alves, futuro vereador da minha querida cidade, Alagoinhas.

Srs. Parlamentares, nesta tarde, quero, inicialmente, parabenizar o Partido da República - PR e o PRTB, nas pessoas dos deputados Fernando Torres e Jurandy Oliveira, pela nova postura que adotaram nesta Casa Legislativa. Uma postura de independência, mas que, não tenho dúvida, será a favor dos interesses da Bahia e dos baianos.

Sr. Presidente, a Oposição, durante 1 ano e meio, tem procurado desempenhar nesta Casa o seu papel constitucional, denunciando os pontos em que considera que o governo não vai bem, pontos em que o governo falha, e, em algumas situações, votando a favor de matérias que o governo encaminha a esta Casa. Tem sido essa a postura da Oposição, Sr. Presidente, mesmo não tendo das Lideranças do governo nesta Casa a reciprocidade, uma relação de respeito, uma relação que fortaleça a democracia neste Parlamento.

Durante 1 ano e meio a Oposição foi submetida nesta Casa a um verdadeiro rolo compressor. O governo, por se achar forte demais, por achar que tinha uma maioria esmagadora nesta Casa, em momento algum, Sr. Presidente, procurou a Oposição para, pelo menos, dar satisfação ou para comunicar as suas ações e os projetos do seu interesse neste Parlamento.

Pois bem, nada como um dia atrás do outro. Hoje, por uma decisão soberana do PR e do PRTB, o governo simplesmente perde a Maioria parlamentar nesta Casa. Fico aqui a lembrar e a pensar se esse acontecimento ocorresse com o PT na Oposição, permitindo que esse partido pudesse inviabilizar as ações legislativas! Porque hoje a Oposição e os partidos independentes, se quisessem, inviabilizariam as ações legislativas neste Poder.

Para sorte deste governo – aliás, este governo brinca com a sorte, deputado Heraldo Rocha! –, tanto a Oposição como os partidos que adotam uma postura independente são responsáveis, não têm o desejo de inviabilizar a administração de quem quer que seja. Mas este governo vai ter de perder a sua arrogância, vai ter de ter humildade. Como diriam os mais velhos, vai ter que calçar a sandália da humildade para procurar a Bancada da Oposição e os partidos independentes a fim de negociar a tramitação das matérias nesta Casa.

Acabou o rolo compressor neste Parlamento! A partir de agora a pauta de votação das matérias só será definida se houver a anuência da Oposição e dos partidos independentes. E isso ocorre para o bem da Bahia, Sr. Presidente, que não aceita um governo que se diz democrático, mas usa, infelizmente, o autoritarismo nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, considero que estamos vivendo hoje o exercício da democracia. Logo após as eleições vencidas pelo governador Wagner, as Bancadas que compõem esta Assembléia Legislativa entraram num processo de rearrumação. O governo elegeu na faixa de 30 deputados, e logo depois a Bancada passou a ser composta por 50, 51 ou 52. Mas isso ocorreu em um clima de indefinição, de crise existencial, em que os parlamentares ainda não sabiam exatamente qual posição tomar. Então hoje estamos vivendo esse momento de exercício da democracia. Passamos aqui um tempo grande, quase uma hora, discutindo se o deputado era de um ou de outro partido. Essa à situação de indefinição que nós vivemos hoje; esse processo é natural, os deputados ainda estão buscando um caminho, boa parte ainda está indefinida, mas há uma parcela que está nesse processo de arrumação.

É preciso entender que esse é um momento rico no qual devemos ter como objetivo central o fortalecimento deste Poder Legislativa que tem uma importância muito grande para a sociedade. Por isso entendo que esse é o momento que estamos vivendo aqui. Vejo isso com muita tranquilidade, para mim não é novidade. As coisas estão acontecendo de forma normal, tranqüila, e nós teremos, sem dúvida, ao final de 4 anos do governo Wagner,

outra Bahia, com água para todos, desenvolvimento, geração de emprego, educação, saúde; nós teremos outro Estado, outro estágio de desenvolvimento. Então essa é a compreensão e a clareza que devemos ter. Estamos vivendo um processo de reestruturação que felizmente ocorre no sentido progressista, democrático. Teremos, sem dúvida, ao final da gestão democrática do governo Wagner, o desenvolvimento que sempre almejamos.

Nosso Líder Waldenor já fez algumas considerações importantes sobre os discursos da Oposição, mostrando de forma concreta, objetiva, com números exatos, que o nosso governo está bem melhor do que o governo anterior. Os programas que vêm sendo implementados nas diversas áreas também provam isso. Vejo essa situação política com muita tranquilidade. Tenho certeza de que vamos avançar muito, que teremos uma Assembléia Legislativa mais fortalecida e que o governo Wagner vai mudar a situação da Bahia, aliás, já está mudando com sua administração transparente, coerente, investindo na redução das desigualdades sociais, tirando o nosso Estado daquela situação tão triste de desemprego, analfabetismo, concentração de renda, desigualdade social, campeão nesses indicadores sociais negativos. Tenho certeza que vamos avançar nessa linha.

Gostaria de falar aqui sobre a questão da Velox.

Fizemos um projeto de lei, entramos com uma ação contra a OI em função dos serviços oferecidos pela OI serviço Velox de acesso a Internet, acesso banda larga. Fizemos um abaixo-assinado pela Internet. Na época, em julho do ano passado, para ter acesso à Internet banda larga serviço Velox da OI pagava-se aqui na Bahia 159 reais, com a velocidade de 1mb. No Rio de Janeiro e Minas Gerais, o valor era de 39 reais e 90 centavos com a velocidade de 2mb.

Os preços foram reduzidos no Rio e em Belo Horizonte para 34 reais e 90 centavos para a velocidade de 2mb. É importante dizer que existem velocidade de até 8mb nesses dois centros. Então, mesmo nesses 2 centros houve uma redução. Aqui na Bahia também houve uma pequena redução para 120 reais a uma velocidade de 1mb.

No que pese essa redução aqui na Bahia, não podemos aceitar nem admitir essa diferença absurda porque os serviços prestados pela OI são os mesmos, a tecnologia é a mesma, a estrutura é a mesma. Não se justifica preços diferenciados, não se justifica cobrar R\$ 34,90 no Rio de Janeiro para acesso à Internet pelos serviço Velox da OI e aqui na Bahia ser R\$120,00. Além disso, é preciso que esses serviços estejam disponíveis em todos os bairros de Salvador, em todas as cidades, em todos os locais. Hoje o acesso a Internet passou a ser uma necessidade. Não é um luxo, mas uma necessidade que todos têm.

Concluindo, Sr. Presidente, com a sua tolerância, quero chamar atenção dessa Assembléia Legislativa, dos parlamentares para que aprovemos imediatamente esse projeto, a fim de que seja possível acabar com essa disparidade desse preço absurdo, diferenciado.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concluindo, Sr. Presidente, quero chamar todos os deputados que estão vivendo esse momento novo de fortalecimento da Assembléia Legislativa, no sentido de que aprovem imediatamente esse projeto, a fim de reduzir essas disparida-

des, para que a população tenha acesso à Internet em todos os bairros em todas as cidades, em todos os locais do estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como não há nada na Ordem do Dia, declaro encerrada a sessão.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.